

# 2002

## A situação social na União Europeia

- Síntese -





# **A situação social na União Europeia 2002**

---

**- Síntese -**



# ÍNDICE

<b>Introdução</b>	5
<b>I Principais desenvolvimentos sociais</b>	7
1.1 Dinâmica demográfica	7
1.2 Alguns aspectos relacionados com as condições de vida	7
<b>II Tendências em termos de despesas com a protecção social e a assistência social</b>	10
<b>III O desafio da mobilidade e das migrações</b>	12
3.1 Mobilidade dos cidadãos da UE	12
3.2 Imigração de países terceiros	14
<b>Anexos</b>	17
<b>Indicadores</b>	18
Envelhecimento da população	18
Migrações e asilo	18
Educação - Resultados	19
Aprendizagem ao longo da vida	19
Emprego	20
Emprego dos trabalhadores mais velhos	20
Desemprego	21
Desemprego juvenil	21
Desemprego de longa duração	22
Despesas com a protecção social	22
Prestações de velhice	23
Distribuição do rendimento e coesão social	23
Agregados familiares de baixos rendimentos	24
Agregados familiares sem emprego e baixos salários	24
As mulheres na tomada de decisão	25
Emprego das mulheres	25
Remunerações de homens e mulheres	26
Esperança de vida e estado de saúde	26
Acidentes e problemas de saúde relacionados com o trabalho	27
<b>Principais indicadores sociais por estado-membro</b>	29
<b>Lista dos postos de Informação do Eurostat</b>	31



# INTRODUÇÃO

Desde a Cimeira de Lisboa, a política social e a sua interacção com as políticas económicas e de emprego têm merecido atenção acrescida no debate político da UE. À luz da Agenda da Política Social Europeia e dos novos processos em matéria de inclusão social e pensões, assume importância renovada o acompanhamento periódico da situação social na Europa, de que o presente relatório dá conta.

As tendências demográficas e sociais, a globalização, as transformações na área da informação e da comunicação e a nova economia daí decorrente são fontes de novos desafios e oportunidades. O objectivo do presente relatório consiste em analisar os desenvolvimentos sociais resultantes e identificar algumas implicações para os principais domínios políticos. Ao desenvolver

capacidades de antecipar e gerir a mudança mais eficazmente, a economia e a sociedade estarão em melhores condições de dar resposta a esses desafios.

A presente publicação, dividida em 3 capítulos, traça uma síntese do relatório principal. O primeiro capítulo apresenta uma panorâmica das principais tendências sociais, apoiada pelos mais recentes dados disponíveis ao nível europeu. O segundo fornece uma análise sucinta das tendências em termos de despesas com a protecção social ao longo da última década. Por último, o terceiro capítulo incide mais atentamente no tema central deste ano, isto é, a mobilidade geográfica e, muito particularmente, na forma como os vários modelos de mobilidade (dos movimentos pendulares à migração) interagem com o tecido social da sociedade europeia.



## 1 Principais desenvolvimentos sociais

### 1.1 Dinâmica demográfica

As evoluções registadas na população proporcionam um bom ponto de partida para traçar o retrato da situação social.

*Os europeus vivem cada vez mais...* Calcula-se que a esperança de vida, tanto à nascença como no momento da reforma, continue a aumentar.

*Mas as taxas de fertilidade continuam a ser reduzidas...* Ainda que os níveis de fertilidade já não estejam a diminuir ao ritmo registado há alguns anos, permanecem muito baixos, não havendo qualquer indicação de que possam recuperar num futuro próximo.

*Por conseguinte, a população da UE está a envelhecer...* À medida que o número de jovens a entrar no mercado de trabalho diminui e aumenta a proporção de trabalhadores mais velhos, a mão-de-obra envelhece. Quando, por volta do ano 2010, os *baby boomers* começarem a reformar-se, espera-se que a força de trabalho diminua e o rácio de dependência dos idosos sofra um aumento súbito. Actualmente, os idosos representam 16% da população total, o que equivale a um quarto da população em idade activa (15-64 anos). Até 2010, espera-se que este rácio aumente para 27%. Entretanto, o número de cidadãos "muito idosos" com idade igual ou superior a 80 anos registará um aumento de quase 50% ao longo dos próximos quinze anos.

A dimensão global e o padrão de crescimento da população da UE estão a alterar-se. Após séculos de expansão constante, aproxima-se o termo do crescimento da população europeia. A maioria das regiões da UE assistirá à estagnação ou ao declínio das respectivas populações antes de 2015. No entanto, entre países, o momento e a intensidade destes processos serão marcadamente diferentes.

Enquanto que os motores internos de crescimento demográfico começam a esgotar-se, a migração internacional está a adquirir muita importância enquanto factor de aumento da população, sendo nos últimos cinco anos responsável por 70% da subida registada na população da UE. Este fenómeno assumiu nova relevância com a perspectiva de uma força de trabalho em envelhecimento e contracção.

*Entretanto, os agregados familiares estão a tornar-se mais pequenos...* No que respeita a alterações nos agregados e nos padrões familiares, há que mencionar três tendências importantes. A proporção de agregados familiares compostos por dois ou mais adultos e crianças dependentes está a diminuir progressivamente, passando de 52% em 1988 para 46% em 2000. O número de pessoas que vivem sozinhas está a aumentar e a dimensão média do agregado familiar está a tornar-se mais pequena. Ainda que a proporção de crianças dependentes a viver em famílias monoparentais (principalmente com a mãe) continue a ser relativamente reduzida, tem vindo a aumentar significativamente nos últimos 15 anos - em 1998, 13% de todas as crianças dependentes viviam com um dos progenitores, contra 8% em 1983. A primeira fase da vida a dois assume cada vez mais a forma de coabitação, dado que os jovens tendem a atrasar o casamento até ao momento em

que decidem ter filhos ou confirmam a estabilidade da relação. Em 1998, 33% dos casais jovens (com menos de 30 anos) viviam em regime de coabitação. Ainda que estas tendências se observem em toda a União, o grau com que se afirmam varia significativamente entre os Estados-Membros.

### 1.2. Alguns aspectos relacionados com as condições de vida

Nos últimos anos, as condições de vida da maioria dos cidadãos da UE beneficiaram de um crescimento forte e sustentado e de melhorias na situação de emprego. Em 2000, aproximadamente 166 milhões de pessoas estavam empregadas na União, correspondendo a um aumento de cerca de 10 milhões desde 1995 e a uma taxa de emprego de 63,3%. As mulheres foram as principais beneficiárias deste crescimento. O número total de desempregados na UE-15 diminuiu para cerca de 14 milhões, ou 8,2% da mão-de-obra, a taxa de desemprego mais baixa desde 1992. Apesar destes desenvolvimentos favoráveis, o desemprego continua demasiado elevado; e o risco de pobreza e de exclusão social é ainda real para uma parte considerável da população da UE, no entanto, com o desenrolar da situação das economias menos favoráveis novos desafios se esperam nesta área.

Um breve olhar sobre os três aspectos relacionados com as condições de vida que desempenham um papel importante na qualidade global da vida dos cidadãos - saúde, rendimento e educação - revela que:

*A saúde está a melhorar, mas persistem importantes disparidades sociais no estado de saúde.*

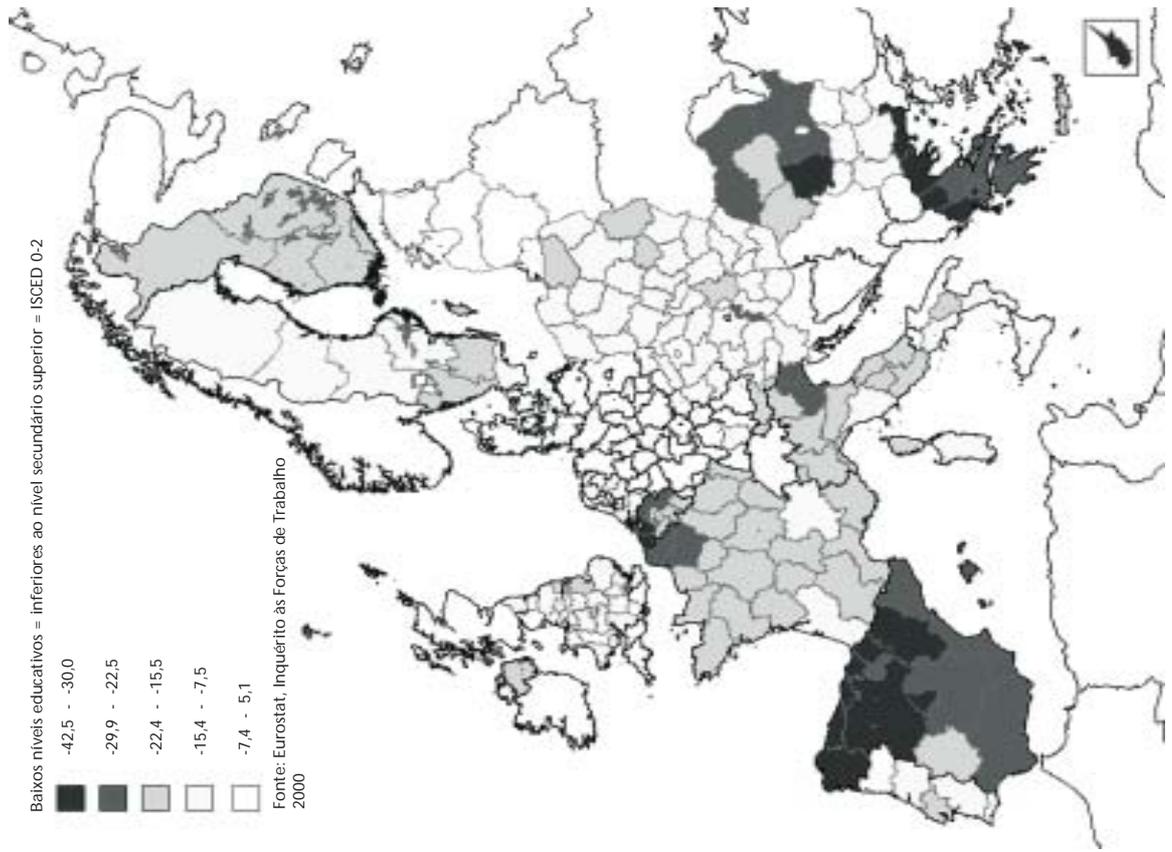
Os europeus encaram a saúde como factor crucial da respectiva qualidade de vida (ver Situação Social na União Europeia, 2001). Estudos sobre as determinantes sociais da saúde demonstram que a educação, o rendimento, a qualidade no emprego e condições de habitação dignas estabelecem uma correlação positiva com uma boa saúde. Vários estudos apontam para grandes diferenças no estado de saúde entre os grupos sociais e para um fosso que se acentua na esperança de vida entre os segmentos ricos e pobres da sociedade<sup>1</sup>.

À escala da UE, cerca de 10% dos adultos (com 16 anos e mais) consideram a sua saúde "má" ou "muito má"; 68% declaram ser "boa" ou "muito boa" e os restantes 22% descrevem-na como "média". A proporção de pessoas que classificam o seu estado de saúde como "(muito) má" aumenta em função da idade: quase um em quatro idosos descreve a sua saúde nestes termos. Em todas as faixas etárias, as mulheres são mais propensas do que os homens a considerar a respectiva saúde "(muito) má". As pessoas com rendimentos mais baixos são também as que mais prontamente declaram um estado de saúde "mau" ou "muito mau": 13% contra 5% correspondentes às que auferem rendimentos superiores.

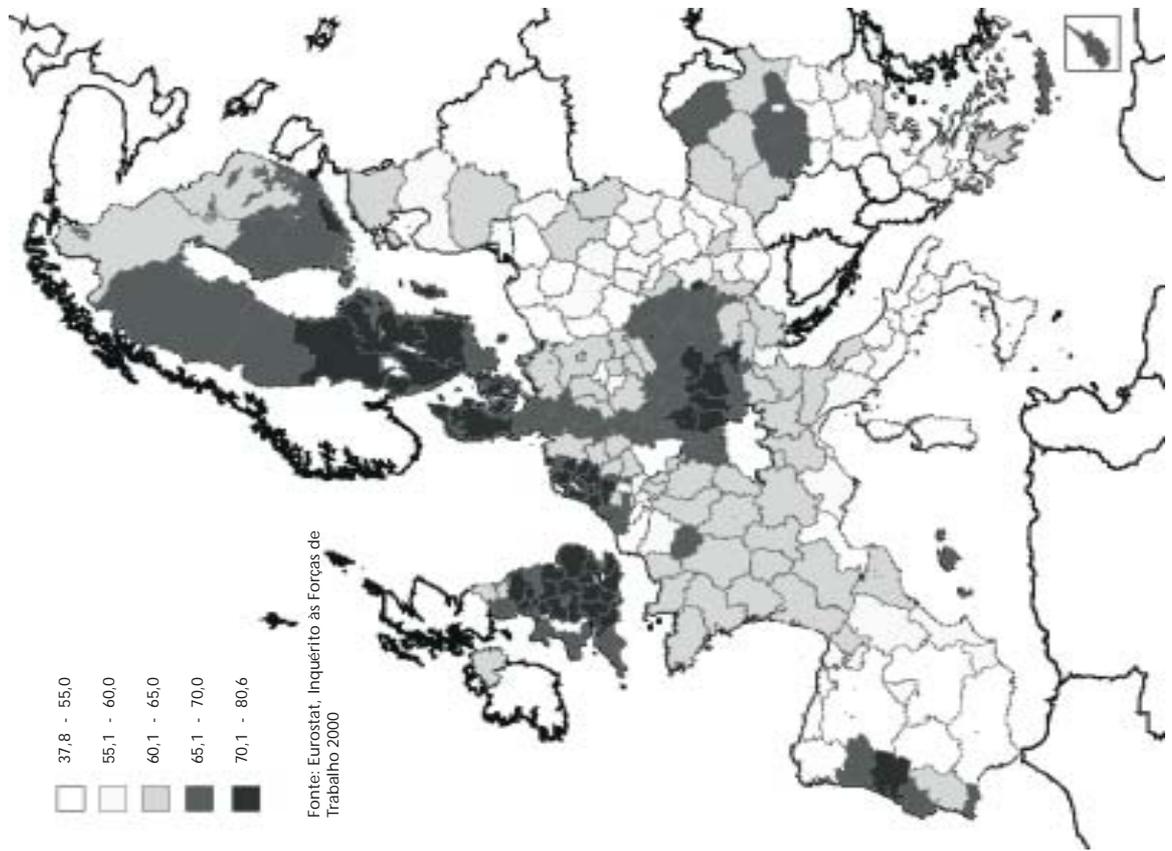
Para homens e mulheres, as doenças cardiovasculares são a principal causa de morte em toda a União, à excepção da França. Entre os mais jovens (15-34 anos), prevalecem as causas externas de lesões e envenenamentos, sendo estas apenas

<sup>1</sup> Ver, por exemplo, OCDE, *Regards sur la Santé*, 2001. "Preparing for an aging world: the case for cross national research", NAS, 2001. Relatório sobre Saúde no Mundo, 2000.

**Evolução na Educação: diminuição da percentagem de pessoas com baixos níveis educativos (diferença entre a percentagem de pessoas com baixos níveis educativos nos grupos etários 25-34 e 45-54 anos), 2000**



**Taxa de Emprego (grupo etário 15-64 anos), 2000**



responsáveis por uma pequena proporção das mortes no grupo etário 55+. O cancro constitui a principal causa de morte entre a população com idades compreendidas entre os 45 e os 64 anos. Quanto aos idosos (75+), as doenças cardiovasculares são responsáveis por cerca de metade da totalidade de óbitos.

*Educação: o acesso e os níveis de instrução estão a melhorar, mas não para todos os cidadãos*

Os níveis de instrução melhoraram significativamente nos últimos trinta anos, em especial no caso das mulheres. Actualmente, mais de 76% das pessoas entre os 25 e os 29 anos dispõem de qualificações de nível secundário superior. A melhoria dos níveis educativos constituiu um dos grandes progressos das últimas décadas. Em 2000, uma em cinco pessoas do grupo etário 45-54 anos e uma em quatro entre os 25 e os 34 anos haviam concluído o ensino superior. Nos mesmos grupos etários, a proporção de pessoas com reduzidos níveis de instrução baixou de 41% para 26%. Porém, 20% dos indivíduos entre os 18-24 anos abandonam, no melhor dos casos, o sistema de ensino apenas com o nível inferior do ensino secundário.

Em toda a União, quanto mais elevado é o nível educativo dos adultos, maiores são as oportunidades de formação ao seu dispor. À escala da UE, em 2000, 8% da população com idades compreendidas entre os 25 e 64 anos participaram (nas quatro semanas precedentes) em acções de educação/formação. Estas actividades de formação parecem ser mais comuns nos países nórdicos, na Holanda e no Reino Unido. As pessoas mais velhas são menos propensas a receber formação do que as camadas mais jovens. As mulheres são muito mais numerosas em actividades de formação nos Estados-Membros do Norte do que nos do Sul.

*Perspectivas de emprego a nível regional: a educação desempenha um papel fundamental*

Entre 1996-2000, nas regiões, o emprego aumentou fortemente para os trabalhadores com o nível superior do ensino secundário e com ensino superior, diminuindo para os níveis educativos mais baixos. Diferentes regiões apresentam várias perspectivas dependendo da taxa de emprego existente e dos progressos em matéria de educação. Os mapas 1 e 2 da página seguinte mostram que algumas regiões do Norte de Espanha, por exemplo, com uma taxa de emprego relativamente baixa, obtiveram progressos muito consideráveis em matéria de níveis educativos. Espanha encontra-se assim com margem para aumentar a sua taxa de emprego global e providenciar melhores empregos para pessoas mais qualificadas. No outro extremo da escala, a Dinamarca apresenta uma taxa de emprego muito elevada e níveis educativos já favoráveis para o conjunto da população e, por conseguinte, encara menores potencialidades de crescimento do emprego.

*Distribuição do rendimento: a situação dos agregados familiares com baixos rendimentos permanece inalterada*

Em 1998, o rendimento médio líquido anual expresso em Poder de Compra Padrão (PCP) rondava os 11,700 (média aritmética ponderada da população UE-15). Na maioria dos Estados-Membros, aproximadamente 70% do rendimento provem do trabalho, cerca de 25 a 30% das pensões e outras prestações sociais e a pequena percentagem restante de capitais e outras fontes privadas.

Ainda que as prestações sociais não constituam uma proporção elevada do rendimento, 73% dos cidadãos da UE beneficiam dessas transferências, directa ou indirectamente, através de outros membros do respectivo agregado familiar.

À escala da UE, 20% da população (mais pobres) recebiam 8% do rendimento total em 1998, enquanto que os 20% do topo (mais ricos) recebiam 39%, ou seja quase 5.4 vezes mais. Os Estados-Membros com níveis mais baixos de rendimento médio tendem a apresentar níveis de desigualdades mais acentuados. Este fosso entre os mais ricos e os mais pobres é menos significativo na Dinamarca (2,7%), Finlândia (3,0%) e Suécia (3,4%), mas mais expressivo nos Estados-Membros do Sul, Bélgica, Reino Unido e Irlanda.

Em 1998, cerca de 18% dos cidadãos da UE, ou seja 68 milhões de pessoas, estavam em risco de pobreza, vivendo com um rendimento correspondente a menos de 60% do rendimento médio nacional. Cerca de metade destas pessoas encontravam-se nesta situação há pelo menos três anos consecutivos. Vários tipos de agregados familiares apresentam riscos de pobreza superiores à média: famílias monoparentais com filhos dependentes, bem como os jovens, as mulheres e os idosos que vivem sozinhos.

Uma importante causa de pobreza e de exclusão social é a ausência de um emprego ou um emprego com salário reduzido. Em 1998, o risco de pobreza para as pessoas em agregados familiares onde nenhum dos membros em idade activa tinha emprego era de 51% - 2.3 vezes mais elevado do que nas famílias onde pelo menos uma pessoa trabalhava.

## 2 Tendências em termos de despesas com a protecção social e assistência social

A protecção social é uma pedra angular das políticas da UE para combater a pobreza e fortalecer a coesão social. Acresce que recentes Cimeiras Europeias têm vindo a colocar a tónica na protecção social enquanto parte integrante do desenvolvimento económico da UE. O presente capítulo combina uma análise dos desenvolvimentos em matéria de despesas com a protecção social com uma apreciação do impacto redistributivo das transferências sociais e um estudo da prevalência e da importância destas a nível do agregado familiar<sup>2</sup>.

*A protecção social produz um impacto considerável na situação social.*

Os sistemas de protecção social na União Europeia envolvem montantes substanciais de despesas. Em 1998, a despesa bruta com a protecção social na UE ascendeu a 27,7% do PIB. Os sistemas de protecção social combinam elementos de seguro social (redistribuição entre fases diferentes da vida) com aspectos redistributivos (entre grupos de rendimento) e têm repercussões significativas nas condições de vida da maioria dos cidadãos da UE. As diferenças entre os Estados-Membros nas estruturas fiscais e de prestações e políticas associadas afectam a magnitude e o carácter deste impacto.

*A maioria das pessoas em toda a União vivem num agregado que recebe pelo menos um tipo de prestação social<sup>3</sup>. Na Grécia, Itália e Espanha, a proporção oscila entre 50% e 60%, mas no resto da UE a percentagem de pessoas que vivem em agregados desse tipo situa-se entre os 80% e os 95%.*

As prestações sociais reduzem o número de pessoas em risco de pobreza em todos os Estados-Membros, numa escala que oscila entre os 5 e os 15% na Grécia e Itália e mais de 70% na Finlândia, situando-se a média da UE nos 31%.

*Diferenças nas despesas com a protecção social entre os Estados-Membros*

Os dados de 1998 referentes às despesas brutas com a protecção social na UE são equivalentes acerca de 5 600 ecus per capita (o ecu passou a euro em 1999). Atendendo às diferenças nos níveis de preços entre países - i.e. medindo a despesa em termos de Poder de Compra Padrão (PCP) - a despesa variou entre os 8,600 PCP per capita no Luxemburgo, os 7,100 na Dinamarca e os 3,100 PCP per capita registados na Grécia e em Portugal. A média da UE era de cerca de 5,500 PCP per capita.

Deste modo, as diferenças nas despesas com a protecção social medidas em PCP per capita são ainda muito acentuadas entre os Estados-Membros. Como se viu no relatório do ano anterior<sup>4</sup>, existe uma relação próxima entre despesas com a protecção social e PIB per capita. Há, no entanto, que ter em mente que as variações nas despesas com a protecção social não são necessariamente indicativas de verdadeiras diferenças no grau de promoção do bem-estar dos cidadãos ou do desenvolvimento de uma economia eficaz. O importante é a natureza exacta (por exemplo, a tónica relativa em medidas activas e passivas) e o efeito das prestações (ex., o seu valor

líquido e a relação custo-eficácia). Além disso, os números referentes às despesas brutas podem dar uma imagem distorcida da verdadeira situação.

*Despesas brutas versus despesas líquidas*

De facto, as despesas brutas podem constituir uma indicação imprecisa dos montantes realmente movimentados. Os dados brutos não têm em conta impostos ou encargos sociais susceptíveis de serem imputados a prestações e excluem as chamadas "despesas fiscais", ou seja as transferências efectuadas por via de benefícios ou subsídios fiscais e não directamente por pagamentos pecuniários.

Os dados referentes à UE-15 em matéria de despesas com a protecção social não estão ainda disponíveis, mas relativamente a 1995 e para alguns países da UE, a OCDE<sup>5</sup> efectuou uma estimativa sobre a incidência dos impostos e encargos sociais imputados às prestações e às despesas fiscais. Se olharmos para as despesas líquidas em detrimento das despesas brutas, verificam-se menos variações entre os Estados-Membros e uma hierarquização diferente dos países em termos de despesas relativamente ao PIB. De salientar em particular que as despesas na Suécia ficam reduzidas ao mesmo nível da Alemanha (cerca de 28,5% do PIB) e na Dinamarca e nos Países Baixos os níveis ficam aquém dos registados no Reino Unido ou na Bélgica.

Se formos ainda mais longe e recorrermos aos dados do Painel Europeu dos Agregados Familiares para analisarmos os custos de protecção social, medidos enquanto prestações líquidas em PCP per capita ao nível dos agregados familiares, a classificação dos Estados-Membros em função de quanto gastam nesta área sofre alterações ainda mais consideráveis. Neste caso, a Bélgica e a Finlândia emergem subitamente como os Estados-Membros que mais gastam com a protecção social. É óbvio que há que ter prudência na hierarquização dos Estados-Membros segundo o nível de despesas com a protecção social e ainda mais nas ilações retiradas dos números da despesa sobre o impacto relativo nos cidadãos e na economia.

Contudo, enquanto não estiverem disponíveis dados sobre as despesas líquidas na UE-15, a análise dos desenvolvimentos neste domínio tem de assentar nos números relativos às despesas brutas.

*Alterações nas despesas sociais brutas, 1990-98*

Ao longo da última década, as variações nas despesas brutas com a protecção social em proporção do PIB reflectem desenvolvimentos cíclicos e um efeito de recuperação por parte de alguns Estados-Membros.

Em termos brutos, a despesa com a protecção social na União aumentou menos do que o PIB entre o final da recessão em 1994 e 1998, momento em que a retoma económica atingira já a velocidade de cruzeiro.

2 A principal fonte são os dados compilados pelo Eurostat no Sistema Europeu de Estatísticas Integradas de Protecção Social (SEEPROS).

3 Painel Europeu de Agregados Familiares, 1997.

4 A Situação Social na União Europeia, 2001: Secção 2, pp.50-54.

5 Willem Adema, Net social expenditure, Labour Market and Social Policy Occasional Papers, No.39, OCDE, 1999.

O declínio da despesa social em relação ao PIB<sup>6</sup> foi, no período entre 1994 e 1998, uma característica comum à maioria dos Estados-Membros, à semelhança do que aconteceu com o aumento registado nos quatro anos anteriores.

*Alterações na repartição da despesa bruta com a protecção social, 1990-98*

No período 1990-1998, um dos níveis mais elevados do aumento da despesa ocorreu não nas pensões de velhice ou nos cuidados de saúde, mas sim nas prestações de auxílio à habitação. Com um crescimento anual a nível da UE de quase 5% em termos de poder de compra, as prestações de auxílio à habitação evidenciaram-se como tendo registado um dos aumentos mais significativos. O crescimento concentrou-se principalmente na primeira parte do período em questão e pode reflectir o aumento dos níveis de desemprego nesse momento.

As prestações familiares (incluindo subsídios de maternidade) foram outro elemento que registou um aumento elevado, com quase 3,5% ao ano em termos de poder de compra. Não obstante, em quatro países (Holanda, Áustria, Finlândia e Suécia), a despesa com este elemento diminuiu entre 1994-1998, em contraste com o aumento de mais de 6% anuais na Alemanha, Espanha, Irlanda e Luxemburgo.

A despesa com prestações de deficiência aumentou também cerca de 3,5%, aumento este que, mais uma vez, se concentrou na primeira parte do período, à excepção da Grécia e da Irlanda. Porém, Holanda, decaiu 6% ao ano de 1994-1998, reflectindo a contracção do sistema e a mudança de responsabilidade pelos pagamentos, que passou do Estado para as entidades patronais.

Nesse mesmo período de oito anos, as despesas com prestações de velhice e cuidados de saúde/doença aumentaram cerca de 2,5% ao ano em termos de poder de compra. Em ambos os casos, a taxa de crescimento foi inferior na segunda metade do período. Não obstante, em 7 dos 15 Estados-Membros, as despesas aumentaram 3% ao ano ou mais entre 1994 e 1998, na Grécia e em Portugal as prestações de velhice registaram um aumento anual de mais de 7%.

Por último, o crescimento das despesas com prestações de desemprego na União foi, em média, inferior a 1,5% ao ano.

*O efeito redistributivo das transferências de protecção social*

Todos os Estados-Membros utilizam os respectivos sistemas de segurança social e tributação para corrigir a distribuição de rendimentos<sup>7</sup> gerada pelo mercado. Se considerarmos o efeito redistributivo dos sistemas de protecção social e tributação, os resultados são particularmente interessantes. O contributo das transferências sociais (e impostos) para a redução das desigualdades nos rendimentos geradas pelo mercado ao nível dos agregados familiares parece ser substancial em todos os Estados-Membros, embora com variações. Estas estão associadas não apenas ao volume das transferências sociais, mas também à forma como as mesmas são direccionadas. A redução das desigualdades geradas pelo mercado oscila entre os cerca de 40% na Suécia, Finlândia e França e os 20% em Portugal. Além disso, o contributo das prestações de protecção social para a redução das desigualdades<sup>8</sup> geradas pelo mercado é significativamente mais elevado do que o decorrente da tributação, situação esta que se verifica em todos os Estados-Membros.

Nos Estados-Membros, a protecção social está organizada segundo diferentes modelos articulados de provisões públicas e privadas, formais e informais. No âmbito do desafio de uma sociedade em envelhecimento, é provável que o equilíbrio entre estas quatro componentes se altere. À medida que os agregados familiares estão a tornar-se mais pequenos e que homens e mulheres exercem uma actividade profissional, as capacidades assistenciais das famílias estão a diminuir, sendo necessário assegurar e financiar serviços de previdência social mais amplos no sector formal. Do mesmo modo, à medida que os governos tentam reequilibrar financeiramente os sistemas de segurança social associados a elementos como as pensões e as prestações de invalidez e doença, é provável que algumas tarefas e custos passem dos sistemas públicos para regimes profissionais e individuais.

No futuro, podemos pois esperar que os dados referentes às despesas abranjam uma proporção mais ampla dos serviços sociais. Ao mesmo tempo, torna-se crucial que todos os custos formais, sejam dos regimes públicos, profissionais ou privados, sejam incluídos nos dados relativos às despesas.

6 É importante recordar que as alterações na percentagem da despesa com protecção social no PIB não reflectem necessariamente mudanças políticas. Em larga medida, podem apenas ser o espelho de mutações no ciclo empresarial. Quando o PIB cresce, a proporção relativa baixa ainda que a despesa seja idêntica ou até mesmo superior - e vice versa.

7 A análise limita-se a substituições de rendimento e a prestações de complemento ao rendimento, bem como a impostos directos e a contribuições para a segurança social. Por motivos que se prendem com as limitações dos dados, os impostos indirectos (como o IVA e o imposto especial de consumo), que são pagos como reembolso de custos específicos (por exemplo, despesas médicas), não são considerados.

8 Com base no cálculo do coeficiente de Gini.

### 3 O desafio da mobilidade e das migrações

As principais duas categorias da mobilidade geográfica analisadas nesta secção são os fluxos migratórios dos cidadãos comunitários, bem como os dos nacionais de países terceiros que entram na UE.

A liberdade de circulação é um direito fundamental consagrado no Tratado da CE. Os cidadãos europeus têm acesso ao emprego em qualquer Estado-Membro, beneficiando do direito de residência para si e respectivos familiares, não podendo ser discriminados em função da nacionalidade. A liberdade de circulação pode implicar a deslocação para outro Estado-Membro ou ainda movimentações pendulares diárias ou semanais entre duas fronteiras nacionais.

A mobilidade é por vezes analisada no contexto da política de emprego, enquanto um factor determinante para aumentar a flexibilidade e gerir os desequilíbrios do mercado de trabalho. A criação constante de postos de trabalho e as rápidas mudanças nos requisitos exigidos à mão-de-obra, em especial desde 1997, têm vindo a acentuar a necessidade de mobilidade dos trabalhadores. Ao nível da UE, o debate tem assumido relevância particular no contexto da Estratégia Europeia de Emprego. A mobilidade da mão-de-obra reveste uma dimensão profissional e uma dimensão geográfica. Ainda que a mobilidade profissional entre empregos e a formação ao longo da vida sejam, de longe, os factores mais determinantes para a adaptação da força de trabalho às novas condições económicas, uma mobilidade geográfica acrescida poderia desempenhar um papel importante para colmatar as insuficiências no mercado laboral e fomentar o desenvolvimento económico.

Para além do emprego, a mobilidade geográfica tem importantes implicações sociais e culturais. Neste contexto, as migrações merecem uma atenção particular. O crescente número de imigrantes de países terceiros enfrentam uma série de condições socioeconómicas que colocam novos problemas às sociedades de acolhimento. Contudo, os imigrantes trazem consigo diferentes bagagens culturais, oferecendo novas oportunidades de partilha de conhecimentos e enriquecimento recíproco entre as diferentes culturas.

#### 3.1 Mobilidade dos cidadãos da UE

Apesar dos importantes progressos obtidos na eliminação de obstáculos à livre circulação de pessoas ao longo das últimas décadas na UE, os actuais níveis de mobilidade geográfica são muito reduzidos quando comparados com os observados nas décadas de 50 e 60. Hoje, calcula-se que a mobilidade geográfica entre Estados-Membros oscile anualmente entre os 0,1% e os 0,2% do total da população. Além disso, só parcialmente está associada ao exercício de uma actividade. Segundo o inquérito Eurobarómetro<sup>9</sup>, os cidadãos da UE não mudam de local de residência frequentemente; em média, só 38% o fizeram nos últimos dez anos. No entanto, esta média europeia oculta diferenças significativas entre os Estados-Membros, com uma divisão clara entre Norte e Sul (mais

Irlanda). Mudar para outra casa na mesma cidade ou vila afigura-se o tipo mais habitual de mobilidade, sendo outras movimentações menos comuns à medida que as distâncias aumentam. De todas as pessoas que mudaram de residência pelo menos uma vez nos últimos dez anos, 68% fizeram-no dentro da mesma cidade ou vila, mas menos de 5% deslocaram-se para outro país da União Europeia e uma percentagem idêntica para outro país fora do território da UE. Entre os principais motivos para mudar de casa, contam-se os motivos familiares/pessoais (54%), habitacionais (18%) e profissionais (15%). Estudos efectuados nos EUA<sup>10</sup> chegaram a conclusões idênticas ao considerarem os motivos de mudança, ainda que nesse país, a mobilidade seja substancialmente mais elevada do que na UE.

Vários motivos explicam este declínio de mobilidade intra-Europa nas últimas três décadas. As regiões do Sul, fortemente afectadas por graves problemas económicos e sociais nos primeiros anos do pós-guerra, alcançaram desde então progressos espectaculares na redução das disparidades relativamente aos seus parceiros europeus mais prósperos. Actualmente, proporcionam aos seus cidadãos níveis relativamente elevados de condições de vida e bem-estar.

A transição gradual do paradigma inicial do pós-guerra, caracterizado por uma produção pouco especializada e intensiva em mão-de-obra, para a actual economia assente no conhecimento, que teve início no princípio da década de 70, pode também ter contribuído para esta queda na mobilidade global e para uma nova tónica nos fluxos migratórios de pessoas altamente especializadas.

#### *Outros factores importantes que afectam a mobilidade na UE*

A língua continua a constituir uma das maiores barreiras quando se decide mudar de residência para outro país. 47% dos europeus afirmam falar apenas a respectiva língua materna, enquanto que o recente inquérito Eurobarómetro revela que apenas 29% dos cidadãos europeus estão dispostos a viver num outro país da UE onde a língua seja diferente da sua. A probabilidade de os europeus falarem uma língua estrangeira diminui com a idade e aumenta em função do nível de instrução.

A perda potencial de redes sociais representa igualmente um obstáculo à migração. A ausência de laços familiares, bem como as diferenças sociais e culturais, pode constituir uma barreira importante à reconstrução dessas redes na comunidade de acolhimento. Normalmente, as pessoas com níveis mais elevados de educação têm mais facilidade em reconstituir essas redes.

A crescente participação das mulheres no mercado de trabalho é por vezes vista como outro factor que restringe a mobilidade geográfica, dado que mudar implica encontrar novos postos de trabalho para duas pessoas com carreiras profissionais diferentes.

9 Eurobarómetro 54.2, 2001.

10 "An overview of labour mobility in the United States" – F.W. Horvarth (U.S. Gabinete de Estatísticas do Trabalho)

A existência de habitações de boa qualidade e a preços acessíveis é outro factor crítico que influencia a decisão de mudar. As condições de habitação na Europa têm, de um modo geral, melhorado nas últimas décadas. A maioria das pessoas, mesmo nos Estados-Membros menos ricos, beneficia de condições habitacionais de qualidade razoável. Porém, as despesas com a habitação aumentaram substancialmente na maioria dos Estados-Membros, em especial para os agregados familiares mais desfavorecidos. Além disso, pese embora a construção maciça de novas habitações, a oferta tende a não acompanhar o crescimento da procura. Padrões de qualidade mais elevados e a tendência para mais agregados familiares menos numerosos contam-se entre os factores que tornaram o equilíbrio entre oferta e procura progressivamente mais difícil. Na maioria das áreas urbanas, há uma escassez importante de habitações, em especial a preços e qualidade razoáveis. O problema de encontrar uma residência adequada e a preços módicos numa outra região ou país pode afectar negativamente a decisão de mudança. A relutância das pessoas em mudar de casa, evidente num recente estudo Eurobarómetro, está claramente associada a incertezas e insuficiências que caracterizam o mercado da habitação em grande parte da Europa.

#### *Tendências futuras que afectam a mobilidade*

A Europa está a mudar em termos da sua estrutura e comportamento populacional, com implicações para os níveis de mobilidade geográfica no futuro. Não constitui surpresa que a maioria dos jovens tenham mudado de residência pelo menos uma vez nos últimos dez anos (45% dos jovens entre os 15-24 anos e perto de 60% do grupo etário 25-39) principalmente por motivos familiares, de emprego e educação. Os jovens são principalmente atraídos pelos grandes centros urbanos onde beneficiam de mais opções em termos de educação, tipo de trabalho e estilo de vida. Existe uma importante divisão entre Norte e Sul na União no que respeita ao momento e à intensidade das deslocações<sup>11</sup>, com os jovens do Sul a saírem de casa dos pais numa fase mais tardia da sua vida. Digno de nota é também o facto de o nível societal da mobilidade ser provavelmente afectado pelo declínio gradual do número de jovens no grupo etário 15-29, em virtude da queda significativa nos níveis de natalidade nos últimos trinta anos. Este grupo representava 23,2% da população da UE em 1990, 19,6% em 2000 e o cenário de base do Eurostat aponta uma nova redução, 17,8%, para o ano de 2010.

As pessoas com níveis educativos mais elevados são as mais móveis; de facto, os nacionais de 11 Estados-Membros que vivem num país da União diferente do seu apresentam níveis de instrução superiores aos seus compatriotas que permanecem no seu país natal. Por outro lado, os níveis elevados de educação e a integração económica crescente, juntamente com uma coordenação política melhorada, reforçarão progressivamente o seu potencial de mobilidade.

#### *A mobilidade e os condicionalismos regionais*

As medidas de desenvolvimento regional são particularmente importantes para prevenir excessos de polarização regional e maximizar as potencialidades de mobilidade geográfica. Ao longo das últimas décadas, registou-se um importante fluxo de pessoas que se deslocaram principalmente de áreas rurais para áreas urbanas. Este facto contribuiu para um processo de polarização regional.

Na UE, existem 70 regiões (aproximadamente uma em cada três) onde mais de 50% da população vive numa "área densamente povoada"<sup>12</sup>. Estas 70 regiões correspondem a 14,7% do território total e compreendem 45,2% da população da UE-15. Os grandes centros urbanos beneficiaram de crescimento e rejuvenescimento das suas populações, enquanto que as áreas rurais remotas foram confrontadas com uma aceleração do envelhecimento demográfico e declínio económico.

As actuais projecções demográficas indicam que esta divergência entre as regiões continuará a acentuar-se, em especial no que respeita à população em idade activa. Entre 2000 e 2015, a nível regional (Nuts 2), calcula-se que a população em idade activa nas 10 regiões mais desfavorecidas diminua 12%, enquanto que nas 10 mais ricas deverá aumentar 15%.

Para além das implicações para a actividade económica, esta polarização regional tem afectado a qualidade das condições de vida. Uma diminuição sustentada da população torna mais onerosa a prestação de serviços públicos (ex., educação, saúde) nas regiões com baixos níveis populacionais, enquanto que as concentrações nas grandes zonas urbanas geram problemas diferentes mas igualmente difíceis, como o congestionamento de tráfego, a poluição, etc. É, pois, importante, prestar atenção acrescida à dimensão regional aquando da definição de políticas de promoção da mobilidade geográfica.

Ao considerar as tendências da mobilidade a longo prazo, as rápidas mudanças tecnológicas, em especial o progresso esperado no sector das telecomunicações e transportes, podem reduzir progressivamente a importância da mobilidade geográfica (comparativamente à mobilidade profissional) enquanto forma de melhorar a distribuição de recursos humanos.

#### *Migrações e alargamento*

O próximo alargamento pode, numa fase inicial, contribuir para uma mobilidade transfronteiriça mais elevada. A envergadura das pressões migratórias dependerá, principalmente, das disparidades de rendimento e das diferenças na situação do mercado de trabalho entre os actuais e futuros países dos Estados Membros. Convém notar que os anteriores alargamentos à Grécia, Portugal e Espanha não geraram um aumento dos fluxos migratórios destes países para outros Estados-Membros. Além disso, tendo em conta os progressos económicos e sociais obtidos nestes países, eles são agora países de destino de nacionais de países terceiros.

11 Estudos sugerem que este adiamento na saída de casa dos progenitores está relacionado com o facto de os jovens no Sul dependerem mais do apoio familiar do que no Norte - ver G. B. Sgritta – Observatório Europeu da Situação Social, da Demografia e da Família.

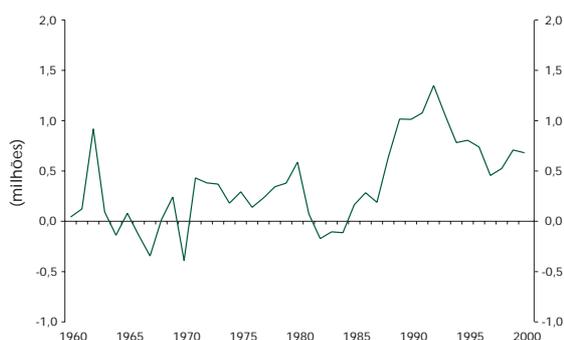
12 Trata-se de uma série de áreas locais contíguas, cada uma com densidade superior a 500 habitantes por km quadrado, onde a população totaliza pelo menos 50 000 habitantes. A densidade média na UE é de 116 habitantes por km quadrado.

### 3.2 Imigração de países terceiros

Os imigrantes de países terceiros que entram na UE são outra forma considerável de mobilidade. Ao longo das últimas décadas, tem vindo a observar-se um padrão irregular no crescimento dos movimentos migratórios em termos líquidos. O número e a origem dos imigrantes varia consideravelmente no tempo, dependendo da situação política e económica em diferentes áreas do globo. O crescimento foi particularmente acentuado a partir de meados dos anos 80, momento em que se registou uma entrada significativa de pessoas oriundas da Europa de Leste. Posteriormente, a guerra na antiga Jugoslávia e a situação instável nos Balcãs geraram importantes vagas de imigração, principalmente provenientes das antigas repúblicas da ex-Jugoslávia e da Albânia. Registaram-se igualmente fluxos consideráveis de outras partes do mundo, especialmente de diferentes zonas da Ásia e do Norte de África, associados a uma combinação de factores económicos, políticos e demográficos.

entrada de pessoas altamente especializadas em resposta a insuficiências específicas de oferta de mão-de-obra, uma grande parte destes migrantes são jovens com baixas qualificações. Os factores que, no país de origem, causaram a vontade de mudança vêm juntar-se a elementos determinantes nos países de acolhimento causados, por exemplo por insuficiências de mão-de-obra a nível regional e o envelhecimento da força de trabalho. Se olharmos para os fluxos registados em 1999, as pessoas oriundas da antiga Jugoslávia foram as mais numerosas, logo seguidas de outras provenientes da Polónia, do Norte de África, da ex-União Soviética e da Turquia. No entanto, as pessoas registadas constituem apenas uma parte do cenário. Um número considerável de pessoas entram ou permanecem na UE ilegalmente e exercem um trabalho não declarado, por vezes em sectores e regiões onde a economia subterrânea está mais desenvolvida. Os imigrantes legais e ilegais são mais vulneráveis do que os trabalhadores nacionais e mostram-se, por vezes, mais dispostos a fazer concessões relativamente ao salário e outros direitos associados ao trabalho.

**Gráfico 1 Migrações líquidas, União Europeia 1960 - 2000**



Migrações líquidas é a diferença entre as pessoas que entram na UE e as que saem. Fonte: Eurostat - Estatísticas sobre Migrações

Em 1999, 13 milhões<sup>13</sup> de cidadãos da UE (3,4% da população) eram nacionais de países terceiros, o que corresponde a um aumento de 50% desde 1985. A proporção era muito mais elevada em alguns Estados-Membros da Europa (9,3% na Áustria e 6,7% na Alemanha) e muito menos significativa na Espanha e na Itália<sup>14</sup>. A crescente imigração proveniente de países terceiros concentra-se principalmente nas regiões economicamente mais avançadas. A maioria das grandes áreas urbanas estão a tornar-se mais multiculturais e têm de desenvolver estratégias adequadas para a integração económica e social dos recém-chegados e respectivas famílias. Ao contrário dos cidadãos da UE, os nacionais de países terceiros não beneficiam do direito de livre circulação na União Europeia.

A gestão dos fluxos de imigrantes de países terceiros representa um desafio progressivamente mais importante para as políticas de emprego e sociais dos Estados-Membros e do conjunto da UE. Ainda que a Europa tenha registado uma

#### Participação no mercado de trabalho

A participação no mercado de trabalho varia grandemente entre diferentes grupos de migrantes. Para os cidadãos da UE que vivem num outro Estado-Membro e para os trabalhadores provenientes dos países candidatos da Europa Central e Oriental, apresentam taxas idênticas ou mais elevadas do que a média da UE. No caso de outros grupos de migrantes, as taxas de emprego são significativamente inferiores, em especial entre as mulheres oriundas do Norte de África e da Turquia. No grupo etário 15-24 anos, a taxa de desemprego média é de 16% para os cidadãos da UE, 15% para os nacionais da Turquia, 14% para os nacionais dos outros 12 países candidatos e 21% para pessoas provenientes de outros países.

A imigração é, por vezes, considerada um factor que favorece a flexibilidade do mercado de trabalho. Porém, esta situação comporta o risco de aumento da segregação do mercado laboral, com uma sobre-representação de nacionais de países terceiros em trabalhos de menor qualidade. A grande maioria dos nacionais de países terceiros com emprego parece exercer actividades do extremo inferior da escala salarial/de qualificações no mercado de trabalho. As mulheres migrantes tendem a trabalhar no sector da hotelaria e restauração e nos serviços domésticos. Este não é apenas um efeito do baixo nível médio de qualificações entre os nacionais de países terceiros. Os trabalhadores oriundos dos países da Europa Central e Oriental tendem a desempenhar funções com um conteúdo inferior à média das suas competências formais certificadas. A vulnerabilidade dos migrantes à discriminação, exploração e abusos é por vezes exacerbada por barreiras linguísticas, mas também por uma falta de familiaridade com os costumes e a cultura locais e por redes sociais pouco desenvolvidas. Estão já, no entanto, em curso várias iniciativas, nomeadamente a existência de mediadores interculturais, em locais de trabalho ou nos serviços sociais e de saúde de modo a aumentar a acessibilidade destas instituições.

13 Os dados mais recentes do Eurostat referem-se a 1998 (1990 para França).

14 Este número não inclui a população estrangeira que adoptou a nacionalidade da UE, mas engloba os filhos de nacionais de países terceiros nascidos na Europa, mesmo que não tenham adquirido cidadania de um Estado Membro.

## Conclusões

Relativamente à mobilidade intra-comunitária, conclui-se que, pese embora os importantes progressos já conseguidos nas últimas décadas para eliminar obstáculos à livre circulação de pessoas, os actuais níveis de mobilidade geográfica são muito reduzidos quando comparados com os observados nas décadas de 50 e 60. Em grande medida, isto fica a dever-se à evolução espectacular das regiões europeias menos prósperas que conseguiram reduzir o fosso relativamente às suas parceiras mais avançadas. Nos anos que se avizinham, níveis elevados de educação e a integração económica crescente, juntamente com uma coordenação política melhorada, poderão ter um impacto mais visível na mobilidade intra-UE. A Comissão Europeia, na sua Comunicação "Novos mercados de trabalho europeus - abertos a todos, acessíveis a todos", propôs uma nova estratégia que inclui iniciativas políticas concretas para garantir a liberdade de circulação de pessoas e a abertura dos novos mercados laborais na Europa. O desenvolvimento destas dinâmicas positivas exigirá a participação activa de todos os agentes aos níveis da UE, nacional e local. Há que prestar atenção especial a algumas barreiras específicas não directamente ligadas ao mercado de trabalho, como é o caso dos baixos níveis de aprendizagem de línguas estrangeiras em vários Estados-Membros e das dificuldades crescentes associadas ao mercado da habitação nas regiões mais prósperas economicamente e da tendência para a polarização regional observada em várias regiões da UE.

Ao analisar as tendências em termos de mobilidade geográfica, a gestão dos fluxos de imigrantes de países terceiros representa um desafio progressivamente mais importante para as políticas de emprego e sociais dos Estados-Membros e do conjunto da UE. A maioria dos investigadores concordam que as entradas migratórias serão um fenómeno fluante mas duradouro, que deverá merecer cada vez mais uma atenção cuidada por parte dos responsáveis políticos. O número crescente de imigrantes de países terceiros gera desafios e oportunidades para a sociedade europeia. A participação na vida económica e social constitui a principal via de integração para os grupos migrantes e respectivas famílias. Por seu turno, uma integração bem sucedida dos migrantes nas sociedades de acolhimento é importante para o progresso económico e a coesão social destas últimas. A promoção da integração exige esforços políticos orientados para os imigrantes e para as sociedades de acolhimento. O combate à discriminação é, neste contexto, particularmente importante. A existência de barreiras à participação social - seja nas estruturas, nas capacidades e nas atitudes das comunidades de acolhimento de imigrantes - reduz as possibilidades de integração e enfraquece a coesão social. Facilitar o acesso ao ensino dos imigrantes com baixos níveis de instrução e seus descendentes, promover as oportunidades de emprego e eliminar os obstáculos associados à habitação são aspectos de importância fundamental para as populações imigrantes.

A gestão dos movimentos migratórios migrantes, a luta contra a imigração clandestina e o desenvolvimento de um modelo óptimo de integração, no pleno respeito pela diversidade, constituem desafios cruciais que exigem o empenho de todos os agentes envolvidos. Ao nível da UE, com a entrada em vigor do Tratado de Amesterdão em 1 de Maio de 1999, a política de asilo, a liberdade de circulação de pessoas, a política de vistos, as normas que regem os movimentos nas

fronteiras externas da UE, a política de imigração, os direitos dos cidadãos de países terceiros e o combate à imigração clandestina são partes essenciais de uma política global de asilo e imigração da União Europeia. Para além deste processo de criação do enquadramento institucional e legislativo, a política social europeia prevê uma série de medidas no domínio do emprego, da inclusão social, do combate à discriminação, da protecção social e da igualdade entre homens e mulheres, que apoiam e reforçam os esforços políticos aos níveis nacional, regional e local.

### Acções políticas recentes relacionadas com a mobilidade e as migrações

Vários instrumentos comunitários desenvolvidos no âmbito da **Estratégia Europeia de Emprego**<sup>15</sup> apoiam os esforços dos Estados-Membros para intensificar a mobilidade da mão-de-obra e facilitar o acesso à aprendizagem ao longo da vida. A estratégia de promoção do desenvolvimento de **novos mercados de trabalho Europeu**<sup>16</sup> foi apoiada pelo Conselho Europeu de Estocolmo, em Março de 2001, com uma tónica particular nas competências e na mobilidade.

Várias iniciativas no domínio da **segurança social**<sup>17</sup> foram propostas para melhorar a coordenação eficaz e proporcionar aos trabalhadores e candidatos a emprego mais oportunidades de fazer uso do seu direito de livre circulação.

Na nova **Estratégia Europeia de promoção da inclusão social**<sup>18</sup>, os Planos de Acção Nacionais de vários Estados-Membros reconheceram a diversidade étnica e cultural crescente e o risco mais elevado de exclusão social das minorias étnicas e dos imigrantes.

Estão a ser desenvolvidas políticas comuns no domínio da **imigração e do asilo**<sup>19</sup>, em conformidade com as conclusões do Conselho Europeu de Tampere (Outubro de 1999). De modo a gerir com eficácia os fluxos migratórios e reduzir a imigração clandestina, a Comissão propôs uma abordagem coordenada que integra todos os aspectos do sistema migratório e reforça a parceria com os países de origem. Este processo é complementado por políticas determinadas<sup>20</sup> de integração e anti-discriminação nos países de acolhimento, com base no artigo 13º do Tratado de Amesterdão.

Reconhece-se a existência de factores favoráveis e impeditivos responsáveis pela imigração de nacionais de países terceiros para o território da UE, que devem ser tidos em conta no desenvolvimento de políticas adequadas para gerir eficazmente os fluxos migratórios. A procura do mercado de trabalho é um importante factor favorável, enquanto que condições de vida deficientes e perspectivas limitadas de melhor qualidade de vida nos países de origem são factores impeditivos. A política comunitária de desenvolvimento contribui, a longo prazo, para normalizar os fluxos migratórios, apoiando um desenvolvimento sustentável a nível económico, social e ambiental e combatendo a pobreza e as desigualdades nas regiões de origem das populações migrantes. As questões das migrações devem também ser tidas em consideração no desenvolvimento da política comunitária de relações externas e comércio, no contexto de um diálogo reforçado com os países de origem sobre formas de gerir os fluxos migratórios e maximizar os benefícios para todas as pessoas envolvidas.

15 Orientações para as Políticas de Emprego dos Estados-Membros em 2002, COM(2001) 511. Relatório Conjunto sobre o Emprego 2001, COM(2001) 438.

16 "Novos mercados de trabalho europeus - abertos a todos, acessíveis a todos", COM(2001) 116.

17 COM(1997) 586

18 Relatório Conjunto da Comissão e do Conselho sobre Inclusão Social, adoptado pelo Conselho em 3.12.2001.

19 Ver Painel de Avaliação incluído na COM(2001) 628.

20 Aplicação do princípio da igualdade de tratamento entre as pessoas sem distinção de raça ou origem étnica (Directiva 2000/43/CE); Criação de um enquadramento geral para a igualdade de tratamento no emprego e na actividade profissional (Directiva 2000/78/CE).



# Anexos

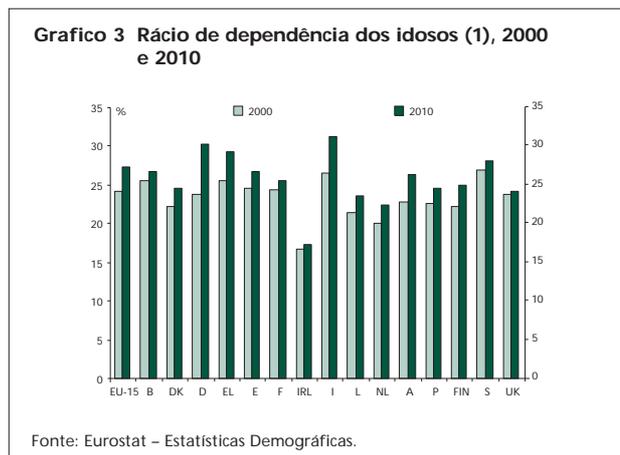
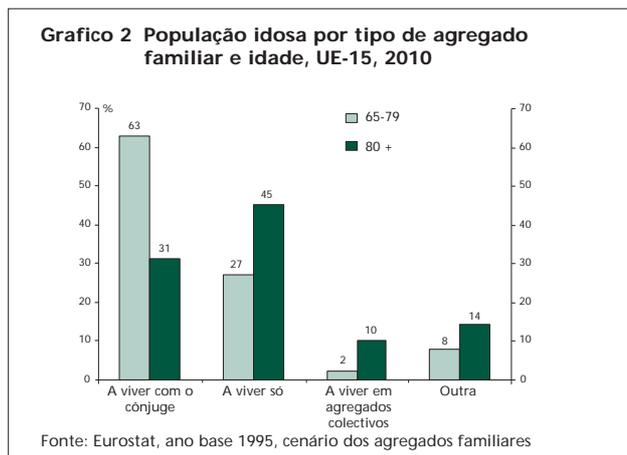
## Envelhecimento da população

Em 2000, havia na UE 61 milhões de idosos com idade igual ou superior a 65 anos, comparativamente a apenas 34 milhões em 1960. Actualmente, os idosos representam 16% do total da população ou 24% do que se considerada a população em idade activa (15-64 anos). Em 2010, espera-se que este rácio aumente para 27%. Ao longo dos próximos quinze anos o número de pessoas “muito idosas”, com idade igual ou superior a 80 anos registará um aumento de quase 50%.

### Indicador chave

Rácio de dependência dos idosos (1)	EU 15	B	DK	D	EL	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK
2000	24	26	22	24	26	25	24	17	27	21	20	23	23	22	27	24
2010	27	27	25	30	29	27	25	17	31	24	22	26	24	25	28	24

(1) População com idade igual ou superior a 65 anos em percentagem da população activa (15-64)  
 Fonte: Eurostat – Estatísticas Demográficas.



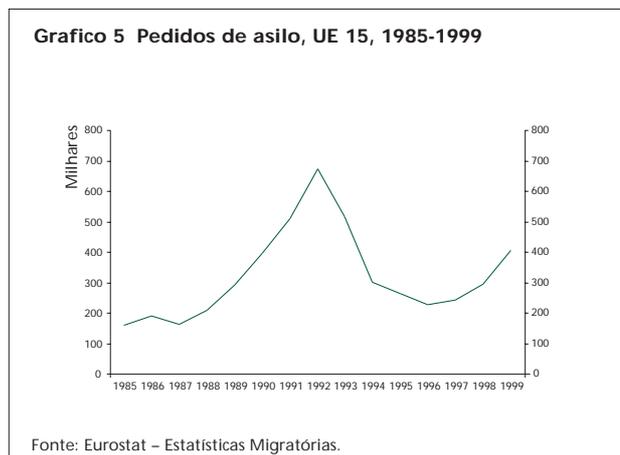
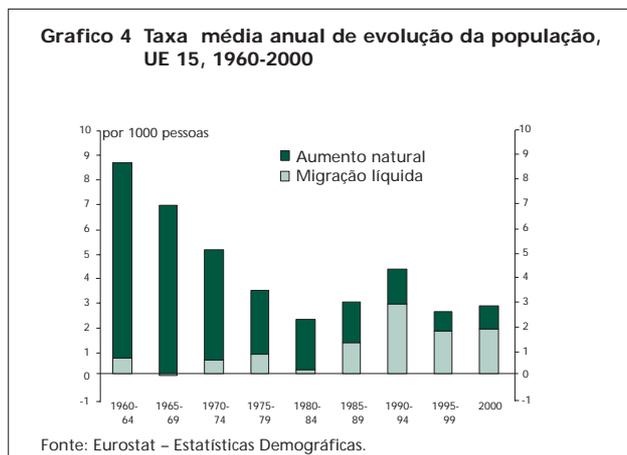
## Migrações e asilo

Desde 1989, o saldo migratório tem sido a principal componente da evolução anual da população na União. Em 2000, a taxa anual líquida dos movimentos migratórios foi de 2,0 por 1000, representando cerca de 65% do crescimento demográfico total. Cerca de 5% da população da UE é composta por não-nacionais (3,4% são oriundos de países terceiros, 1,5% provêm de outros Estados-Membros). Em 1999, registaram-se pouco mais de 400 000 pedidos de asilo nos quinze Estados-Membros.

### Indicador chave

Taxa líquida das migrações (por 1000)	EU-15	B	DK	D	EL	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK
2000	2,0	1,6	1,8	2,5	2,1	1,0	0,8	5,3	2,0	10,9	2,8	2,4	1,0	0,7	1,5	2,8
Taxa média anual das migrações líquida																
1995-99	1,8	1,1	3,0	2,5	1,9	1,1	0,7	4,3	2,1	10,0	2,0	1,0	1,1	0,8	1,1	2,0
1990-94	2,9	1,9	2,0	7,0	5,7	0,4	1,3	-0,4	1,9	10,5	2,7	7,5	-1,3	1,8	3,7	1,3

Fonte: Eurostat – Estatísticas Demográficas.



## Educação - Resultados

Os níveis de habilitações da população melhoraram significativamente nos últimos trinta anos, em especial no que diz respeito às mulheres. Actualmente, na UE, mais de 76% dos jovens entre os 25-29 anos possuem habilitações de nível secundário superior. Simultaneamente porém, 20% no escalão dos 18-24 anos abandonam o sistema de ensino apenas com o nível inferior do ensino secundário.

### Indicador chave

**Abandono escolar precoce sem continuação nos sistemas de ensino ou de formação** (Percentagem da população com idades entre 18 e 24 anos com habilitações que não superam o nível inferior do ensino secundário (ISCED 0-2) e que não frequentam outras formas de ensino ou formação)

	EU-15	B	DK	D	EL	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK
2000	20	12	12	15	17	28	13	19	29	17	17	11	43	10	8	:

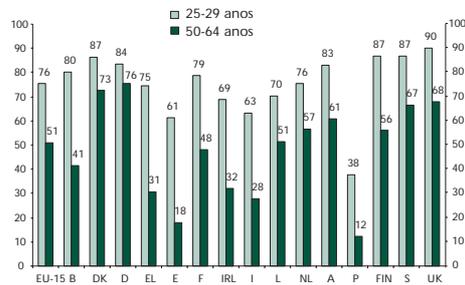
### População de 18-24 anos por tipo de actividade (%), 2000

	EU-15	B	DK	D	EL	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK
Na educação e emprego	16	6	40	27	2	6	9	11	3	5	44	13	7	24	16	29
Sómente na educação	35	47	23	29	42	46	48	32	35	49	19	28	37	29	42	19
Sómente no emprego	34	36	31	33	34	35	30	42	31	39	32	51	46	33	34	39
Não na educ. e não no emprego	15	11	6	11	22	14	14	14	32	7	5	8	10	13	8	13

Nota: Dados de 1997 para a Irlanda e Áustria. Reino Unido – Os níveis de GCSE 'O' estão incluídos em ISCED 3.

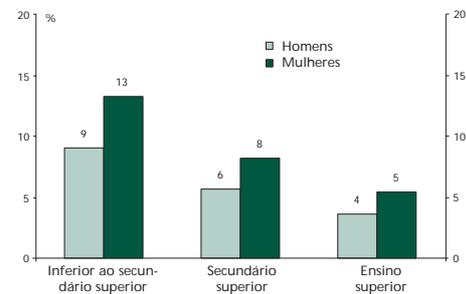
Fonte: Eurostat – Inquérito Europeu às Forças de Trabalho (2000)

**Gráfico 6 Percentagem de população que completou pelo menos o ensino secundário de nível superior, por grupo etário em 2000**



Fonte: Eurostat - Inquérito Europeu às Forças de Trabalho, IRL dados 1997  
Nota: UK – GCSE 'O' inclui todos os níveis abaixo do ensino secundário superior (ISCED 3)

**Gráfico 7 Taxas de desemprego da população 25-59 anos por sexo e níveis de ensino, UE 15, 2000**



Fonte: Eurostat – Inquérito Europeu às Forças de Trabalho (2000) Nota: UK – GCSE 'O' inclui todos os níveis abaixo do ensino secundário superior (ISCED 3)

## Aprendizagem ao longo da vida

À escala da UE, 8% da população com idades compreendidas entre os 25 e 64 anos participaram em acções de educação/formação (nas quatro semanas precedentes ao inquérito). Tais acções parecem ser mais frequentes nos países nórdicos, Holanda e no Reino Unido. As pessoas mais velhas têm menos probabilidades de participar em acções de de formação do que as mais jovens, o mesmo se aplicando às mais qualificadas em detrimento das que têm qualificações inferiores.

### Indicador chave

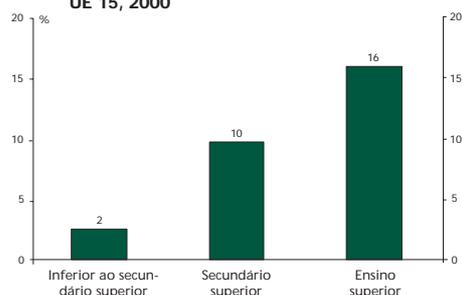
**Aprendizagem ao longo da vida** (participação dos adultos na educação e na formação)  
Percentagem da população dos 25-64 anos que participaram em educação/formação nas últimas quatro semanas, 2000

	EU-15	B	DK	D	EL	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK
Total, 25-64	8	7	21	5	1	5	3*	5*	5	5	16	8*	3*	20	22	21
25-34	14	11	30	13	3	12	7	9	11	8	24	14	8	27	28	25
35-44	8	8	22	5	0	3	2	5	4	5	17	8	3	22	23	23
45-54	6	5	18	3	0	2	1	3	3	4	11	5	1	19	19	19
55-64	3	2	11	1	0	1	0	1	1	1	6	2	0	8	14	13

Nota: IRL, A dados 1997. F, P – ver notas metodológicas.

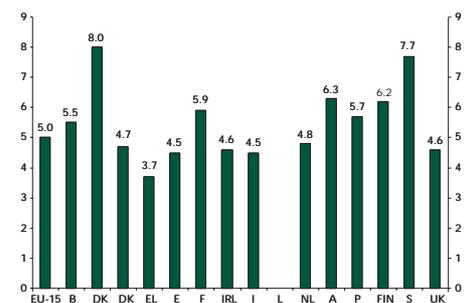
Fonte: Eurostat – Inquérito Europeu às Forças de Trabalho (2000)

**Gráfico 8 Aprendizagem ao longo da vida** (Percentagem de pessoas 25-64 que participaram em formação nas últimas quatro semanas, 2000) por nível de ensino, UE 15, 2000



Nota: UK – GCSE 'O' inclui todos os níveis abaixo do ensino secundário superior (ISCED 3)  
IRL, A – Dados 1997. F, P – ver notas metodológicas no Relatório.  
Fonte: Eurostat – Inquérito Europeu às Forças de Trabalho (2000)

**Gráfico 9 Total da despesa pública com a educação em percentagem do PIB, 1999**



Fonte: Eurostat - UOE questionários (Unesco, OCDE e Eurostat) sobre estatísticas educativas.

## Emprego

Em 2000, estimava-se em 166 milhões o número de pessoas com emprego na União, o que traduz um aumento de mais de 10 milhões desde 1995. O que representa um crescimento anual de cerca de 1,3%. Em 2000 o emprego aumentou 1,7%. A taxa de emprego da população com idades compreendidas entre os 15-64 anos era de 63,2% em 2000.

### Indicador chave

	EU-15	B	DK	D	EL	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK
<b>Taxa de emprego</b> (Pessoas com emprego no escalão dos 15-64 anos em percentagem da população total no mesmo escalão)																
2000	63,2	60,5	76,3	:	55,7	54,8	62,0	65,2	53,7	:	72,9	68,2	68,3	67,3	70,8	71,5
1999	62,3	59,3	76,0	64,8	55,3	52,5	60,8	63,3	52,6	61,7	71,3	68,2	67,4	66,4	70,1	71,0

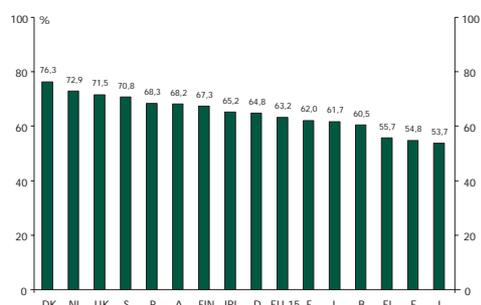
### Evolução do Emprego

População empregada em 2000 (milh.)	165,9	3,9	2,7	38,7	:	15,6	23,3	1,7	23,1	:	8,1	4,0	4,9	2,3	4,3	29,1
População empregada em 1999 (milh.)	163,2	3,9	2,7	38,1	3,9	15,2	22,8	1,6	22,7	0,2	7,9	4,0	4,8	2,2	4,2	28,9
População empregada em 1995 (milh.)	154,7	3,8	2,6	37,3	3,8	13,6	22,9	1,3	21,5	0,2	7,1	3,9	4,5	2,0	4,1	26,1
2000/1995 (Cresc. médio anual do emp.)	1,4	0,8	1,0	0,7	0,7*	2,9	0,4	5,6	1,4	2,1*	2,6	0,6	1,9	2,3	0,8	2,2
2000/1999 (taxa de cresc. anual do empr.)	1,7	1,8	0,7	1,6	0,2*	3,1	2,4	4,7	1,6	2,2*	2,3	0,9	2,0	1,8	2,2	0,5

Nota: Para EL e L os dados relativos ao crescimento do emprego são de 1999 em vez de 2000: os números referem-se a 1999/1995 e 1999/1998.

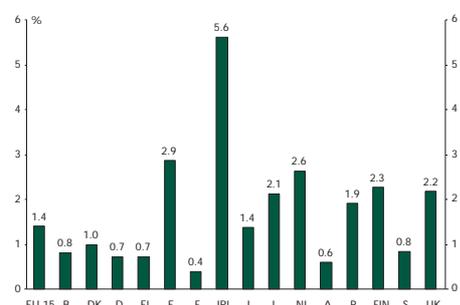
Fonte: Eurostat – Dados trimestrais sobre emprego, Inquérito às Forças de Trabalho e Contas Nacionais (ESA 95).

Grafico 10 Taxas de emprego (15 - 64 anos), 2000



Fonte: Eurostat – Inquérito às Forças de Trabalho, dados trimestrais

Grafico 11 Crescimento médio anual do emprego, 1995-2000



Fonte: Eurostat – Contas Nacionais (ESA 95)

## Emprego dos trabalhadores mais velhos

Durante a última década, a taxa de emprego na UE dos homens entre os 55-64 anos diminuiu cerca de 3 pontos percentuais, situando-se nos 48% em 2000. O declínio pode ser o resultado da combinação de carências de empregos, menor mobilidade e inadequação de competências, e não propriamente da vontade de reforma antecipada. Em contrapartida, a taxa de emprego das mulheres neste escalão aumentou quase 4 pontos, atingindo os 28% em 2000. Em termos globais, 38% da população com idades compreendidas entre os 55-64 tinham emprego em 2000.

### Indicador chave

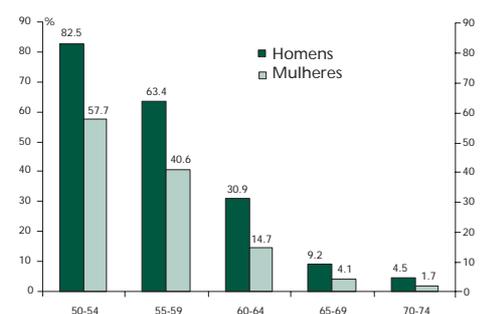
	EU-15	B	DK	D	EL	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK
<b>Taxa de emprego</b> (Pessoas com emprego no escalão dos 55-64 anos em percentagem da população total no mesmo escalão), 2000																

Total	37,5	25,0	54,6	37,4	39,0	36,6	29,3	45,1	27,3	27,2	37,9	29,2	51,7	41,2	64,3	50,5
Homens	47,6	35,1	61,9	46,2	55,3	54,8	32,8	63,0	40,3	37,9	49,9	41,4	62,5	41,8	67,0	59,8
Mulheres	27,7	15,4	46,2	28,7	24,4	19,9	26,0	27,1	15,2	16,8	25,8	17,8	42,3	40,7	61,7	41,4

<b>Pessoas com emprego entre 55-64 anos, 2000</b> (1000)	16530	247	322	4515	496	1672	1644	149	2044	17	627	291	552	216	663	3076
--	-------	-----	-----	------	-----	------	------	-----	------	----	-----	-----	-----	-----	-----	------

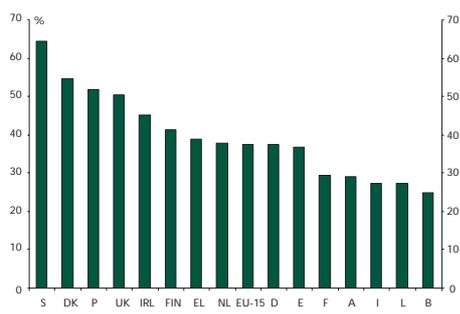
Fonte: Eurostat – estimativas comparáveis com base no Inquérito Europeu às Forças de Trabalho

Grafico 12 Taxas de emprego por grupo etário e sexo, UE-15, 2000



Fonte: Eurostat – Inquérito Europeu às Forças de Trabalho (2000)

Grafico 13 Taxa de emprego das pessoas entre 55-64 anos, 2000



Fonte: Eurostat – Inquérito Europeu às Forças de Trabalho (2000)

## Desemprego

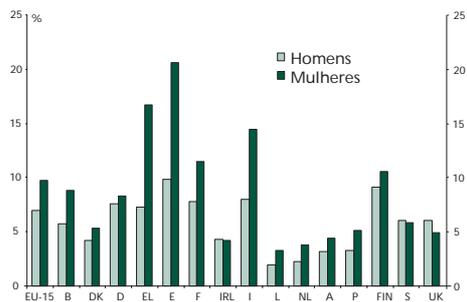
Em 2000, o número total de desempregados na União Europeia baixou para 14,2 milhões, o correspondente a 8,2% da força de trabalho. Trata-se da taxa mais baixa desde 1992. Entre 1999 e 2000, a Bélgica, a Espanha e a França registaram as mais importantes diminuições nos números do desemprego, embora a Espanha continue a apresentar a taxa mais alta (14,1%). O desemprego diminuiu em todos os Estados-Membros, excepto no Luxemburgo onde permaneceu nos 2,4%.

### Indicador chave

	EU-15	B	DK	D	EL	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK
<b>Taxa de desemprego</b>																
2000	8,2	7,0	4,7	7,9	11,1	14,1	9,5	4,2	10,5	2,4	3,0	3,7	4,1	9,8	5,9	5,5
1999	9,1	8,8	5,2	8,6	11,6	15,9	11,2	5,6	11,3	2,4	3,4	4	4,5	10,2	7,2	6,1
1994	11,1	10,0	8,2	8,4	8,9	24,2	12,3	14,3	11,1	3,2	7,1	3,8	6,9	16,6	9,4	9,6
Desemprego (milhares) 2000	14193,3	311,3	134,6	3132,5	492,6	2379,9	2455,0	73,6	2465,7	4,5	238,6	142,4	210,7	252,9	264,4	1630,4

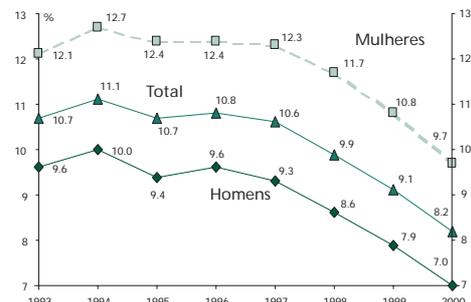
Fonte: Eurostat –estimativas comparáveis com base no Inquérito Europeu às Forças de Trabalho

Grafico 14 Taxa de desemprego por sexo, 2000



Fonte: Eurostat –estimativas comparáveis com base no Inquérito Europeu às Forças de Trabalho

Grafico 15 Tendência nas taxas de desemprego por sexo, UE-15, 1992-2000



Fonte: Eurostat –estimativas comparáveis com base no Inquérito Europeu às Forças de Trabalho

## Desemprego juvenil

À escala da UE, 7,8% dos jovens (15-24 anos) estavam desempregados em 2000. A taxa de desemprego (em percentagem da população activa) dos jovens era de 16,2%. As diferenças entre estas duas percentagens variam significativamente entre os países. Enquanto a primeira revela uma proporção relativamente pequena de jovens desempregados, a segunda dá conta da situação dos jovens no mercado de trabalho. Na maior parte dos países, o desemprego juvenil decaiu entre 1999 e 2000, à semelhança do que se passou com o desemprego em geral.

### Indicador chave

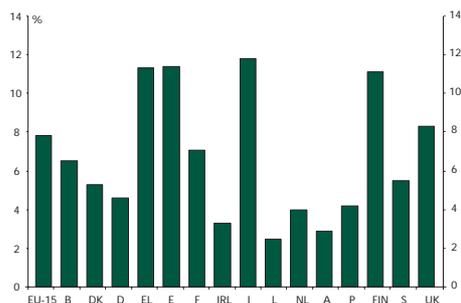
	EU 15	B	DK	D	EL	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK
<b>Rácio desemprego juvenil/população</b>																
2000	7,8	6,5	5,3	4,6	11,3	11,4	7,1	3,3	11,8	2,5	4,0	2,9	4,2	11,1	5,5	8,3
1999	8,6	8,2	7,0	4,7	12,5	12,5	8,6	4,3	12,5	2,4	4,8	3,1	4,3	10,8	6,6	8,7
1994	10,7	8,8	7,8	4,8	10,2	19,4	10,8	10,7	12,6	3,3	7,0	3,5	6,8	15,5	11,7	11,2

### Taxa de desemprego juvenil

	EU 15	B	DK	D	EL	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK
2000 homens e mulheres	16,2	17,7	7,3	9,1	29,6	26,2	20,1	6,5	30,8	7,3	5,6	5,3	8,9	21,4	11,3	12,8
2000 homens	14,9	15,1	7,0	9,8	22,2	20,6	18,1	6,1	27,2	6,5	4,6	4,8	6,8	21,1	10,7	13,8
2000 mulheres	17,6	20,8	7,5	8,2	37,9	33,2	22,3	7,0	35,1	8,3	6,6	5,8	11,6	21,6	11,9	11,5
1999	17,9	23,7	9,6	9,1	31,3	29,5	24,3	8,4	32,7	7,1	7,2	5,3	9,0	21,4	13,6	13,2
1994	22,0	24,2	11,1	8,8	27,7	45,1	29,2	23,0	32,3	7,3	11,5	5,7	15,0	34,0	22,0	17,0

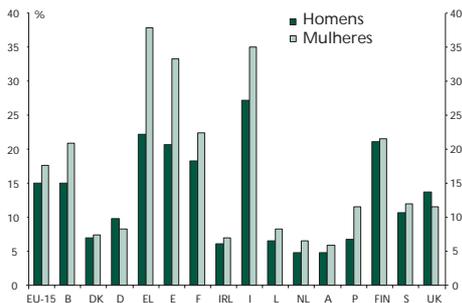
Fonte: Eurostat –estimativas comparáveis com base no Inquérito Europeu às Forças de Trabalho

Grafico 16 Rácio desemprego juvenil/população (15-24 anos), 2000



Fonte: Eurostat –estimativas comparáveis com base no Inquérito Europeu às Forças de Trabalho

Grafico 17 Taxas de desemprego juvenil(15-24 anos), 2000



Fonte: Eurostat –estimativas comparáveis com base no Inquérito Europeu às Forças de Trabalho

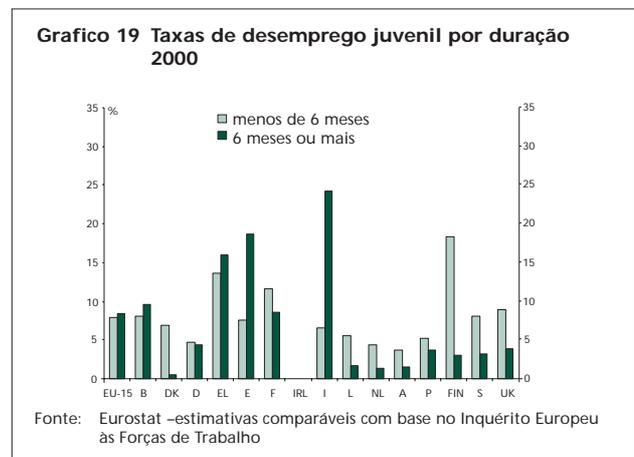
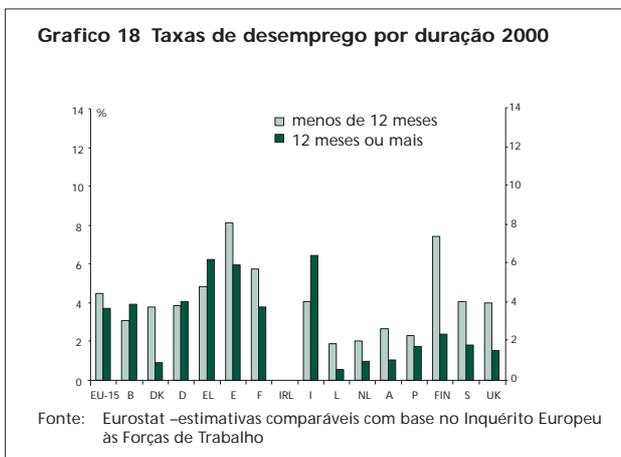
## Desemprego de longa duração

Em 2000, o desemprego de longa duração atingia 3,6% da população activa da UE-15. Por outras palavras, 44% dos desempregados estavam sem emprego há mais de 1 ano. A taxa de desemprego de longa duração diminuiu nos últimos anos, mas permanece na ordem dos 6% na Grécia, Espanha e Itália. Em relação aos jovens entre os 15 e 24 anos, 8,4% (como percentagem da população activa) estavam desempregados há mais de seis meses.

### Indicador chave

	EU 15	B	DK	D	EL	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK
<b>Taxa de desemprego de longa duração (12 meses ou mais)</b>																
2000	3,6	3,8	1,0	:	6,1	5,9	3,7	1,6	6,3	:	0,8	1,0	1,6	2,8	1,7	1,5
1999	4,2	4,9	1,2	4,4	6,5	7,3	4,4	2,6	6,7	0,7	1,2	1,1	1,7	3,0	2,2	1,7
1994	5,2	5,6	2,9	3,8	4,4	12,9	4,7	9,4	6,5	0,9	3,1	0,9	2,6	6,1	2,5	4,2
<b>Pessoas desempregadas há 12 meses ou mais em percentagem do total de desempregados</b>																
2000	44	54	21	:	55	42	39	38	60	:	27	27	39	29	29	27
1999	46	56	23	51	56	46	39	46	59	29	35	28	38	29	31	28
1994	47	56	35	45	49	53	38	66	59	28	44	24	38	37	27	44
<b>Taxa de desemprego juvenil de longa duração (6 meses ou mais)</b>																
2000	8,4	9,6	0,4	4,4	15,9	18,6	8,5	:	24,2	1,8	1,3	1,6	3,7	3,1	3,2	3,9
1999	9,5	14,0	1,6	4,8	18,5	21,4	8,8	:	25,6	3,1	5,9	1,7	4,8	2,6	3,7	4,3
1994	14,2	16,5	3,6	4,4	19,8	32,7	14,1	17,3	26,5	3,6	9,4	:	6,6	:	:	9,4
<b>Jovens desempregados há 6 meses ou mais em percentagem do total do desemprego juvenil</b>																
2000	51,6	54,2	6,1	48,0	53,9	71,0	42,3	:	78,7	24,2	23,3	29,7	41,9	14,3	27,9	30,2
1999	53,1	59,1	15,9	52,4	72,6	59,2	36,3	:	78,3	:	82,0	31,3	53,7	12,5	27,1	32,3

Fonte: Eurostat – estimativas comparáveis com base no Inquérito Europeu às Forças de Trabalho



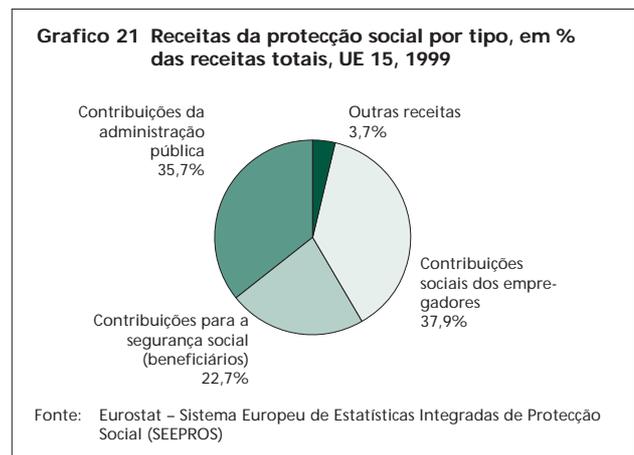
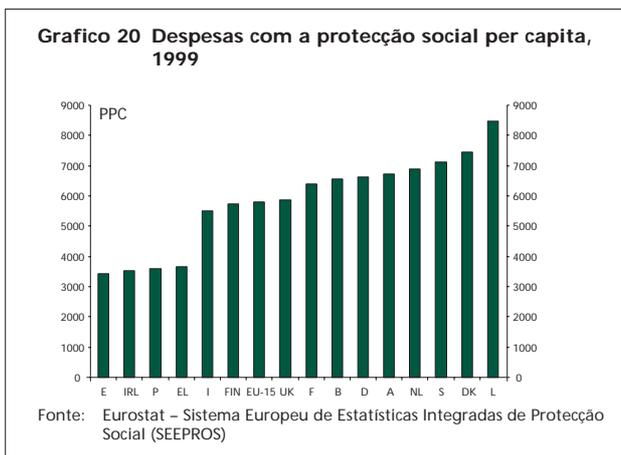
## Despesas com a protecção social

Em 1999, as despesas com a protecção social na UE representavam 27,6% do PIB (tal como em 1998), confirmando a tendência descendente observada deste indicador desde o pico de 28,8% em 1993. Todavia, está-se ainda aquém dos 25,5% de 1990. Existem diferenças consideráveis entre os Estados-Membros com uma clara divisão entre o Norte e o Sul. Apesar destas disparidades, as despesas com a protecção social tendem a convergir com os importantes aumentos verificados nos últimos anos nos países que registavam os níveis de despesas mais baixos.

### Indicador chave

	EU 15	B	DK	D	EL	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK
<b>Despesas com a protecção social em percentagem do PIB</b>																
1999	27,6	28,2	29,4	29,6	25,5	20,0	30,3	14,7	25,3	21,9	28,1	28,6	22,9	26,7	32,9	26,9
1993	28,8	29,5	31,9	28,4	22,0	24,0	30,7	20,2	26,4	23,9	33,6	28,9	20,7	34,6	38,6	29,1
1990	25,5	26,4	28,7	25,4	22,9	19,9	27,9	18,4	24,7	22,1	32,5	26,7	15,2	25,1	33,1	23,0

Fonte: Eurostat – Sistema Europeu de Estatísticas Integradas de Protecção Social (SEEPROS)



## Prestações de velhice

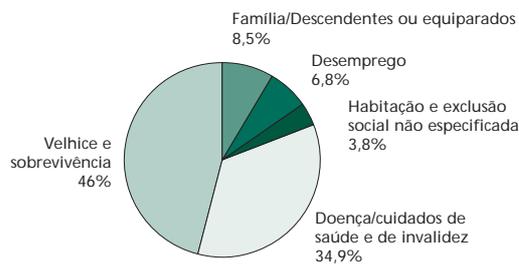
Na maior parte dos Estados-Membros, em 1999, a maior parte das despesas com a protecção social foi canalizada para as prestações de velhice e sobrevivência. Esta situação verificou-se com particular incidência em Itália (64% do total das prestações contra a média da UE de 46%). Na UE as prestações de velhice e sobrevivência aumentaram 25% em termos reais per capita no período 1990-1999. Este crescimento é explicado principalmente pela evolução demográfica. Acresce que a política de reforma (designadamente a reforma antecipada) também tem incidência nestas prestações.

### Indicador chave

	EU 15	B	DK	D	EL	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK
<b>Prestações de velhice e sobrevivência em percentagem do total das prestações sociais</b>																
1999	46,0	43,0	38,0	42,1	50,7	46,2	44,2	25,2	64,0	41,4	41,5	47,4	43,7	35,1	39,5	46,1
1990	45,9	41,8	36,7	45,8	51,7	42,9	42,7	30,4	57,6	46,7	37,4	50,1	41,9	33,8	:	45,3

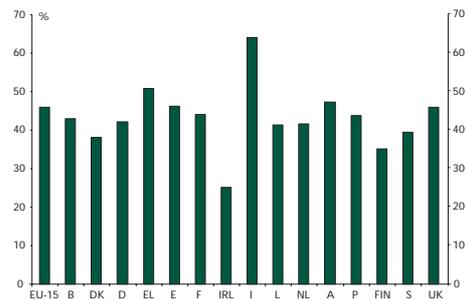
Fonte: Eurostat – Sistema Europeu de Estatísticas Integradas de Protecção Social (SEEPROS)

**Grafico 22 Prestações sociais por grupos de funções, em % das prestações totais, UE 15, 1999**



Fonte: Eurostat – Sistema Europeu de Estatísticas Integradas de Protecção Social (SEEPROS)

**Grafico 23 Prestações de velhice e sobrevivência em % do total das prestações sociais, 1999**



Fonte: Eurostat – Sistema Europeu de Estatísticas Integradas de Protecção Social (SEEPROS)

## Distribuição do rendimento e coesão social

Ao nível da UE, os 20% mais pobres da população auferiam 8% do rendimento total em 1998, enquanto que os 20% mais ricos recebiam 39% do total do rendimento, isto é, 5 vezes mais. Estas disparidades entre os mais pobres e os mais ricos são menos acentuadas na Dinamarca (2,7), na Finlândia (3,0, 1997) e na Suécia (3,4) e mais acentuado nos Estados-Membros do Sul, Bélgica, Reino Unido e Irlanda.

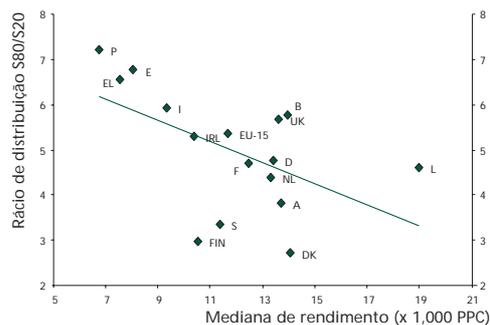
### Indicador chave

	EU-15	B	DK	D	EL	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK
<b>Distribuição do rendimento (rácio S80/S20) (1)</b>																
1998	5,4	5,8	2,7	4,8	6,5	6,8	4,7	5,3	5,9	4,6	4,4	3,8	7,2	3,0	3,4	5,7

(1) Parte de todo o rendimento nacional recebida pelos 20% mais ricos relativamente aos 20% mais pobres. As estimativas para UE-15 excluem L, e FIN. Dados L 1996, FIN 1997

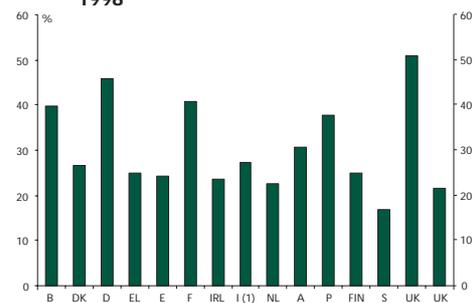
Fonte: Eurostat, Painel Comunitário dos Agregados Familiares, UDB, versão Dezembro de 2001

**Grafico 24 Nível de rendimento e desigualdades de rendimento, 1998**



Fonte: Eurostat, Painel Comunitário dos Agregados Familiares, UDB, Set. 2001

**Grafico 25 Coesão regional, Coeficiente de variação do PIB per capita em PPC nas regiões NUTS III, 1998**



Fonte: Eurostat, estatísticas regionais (1) NUTS II (2) Todo o Reino Unido (3) = Todo o Reino Unido excepto "Inner London - West" (região recentemente criada com elevado PIB per capita)

## — Agregados familiares de baixos rendimentos

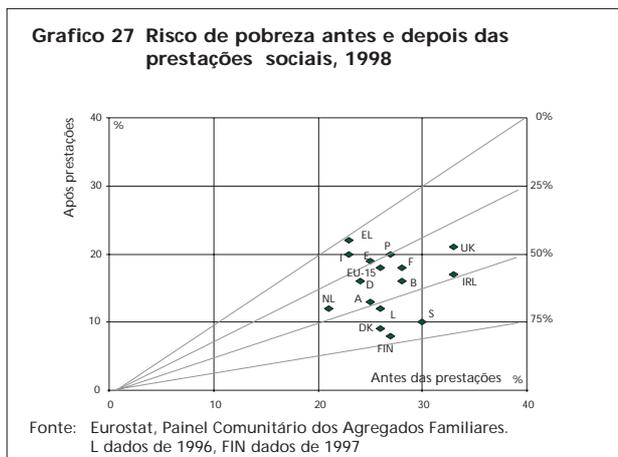
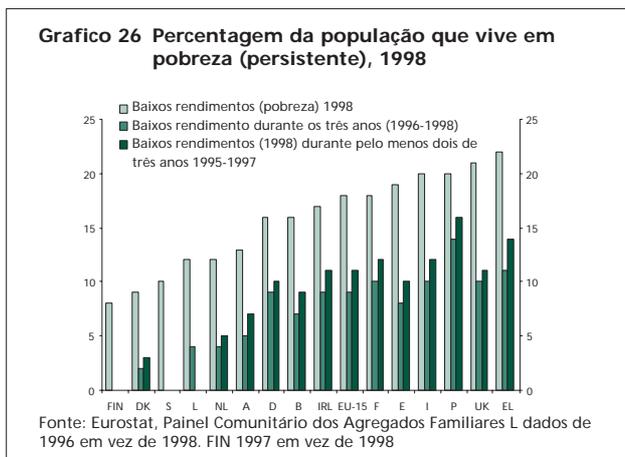
Em 1998, cerca de 18% da população total da UE vivia com um rendimento equivalente e que era inferior a 60% da mediana nacional. Esta percentagem corresponde aproximadamente a 68 milhões de pessoas. Utilizando 60% da mediana nacional como limiar, a proporção de pessoas em risco de pobreza era relativamente mais elevada (acima dos 20%) na Grécia e no Reino Unido, e relativamente mais baixa na Bélgica, Alemanha, Luxemburgo (1996), Holanda, Áustria e Suécia (10 a 16%). Apresentava-se particularmente baixa na Dinamarca (9%) e na Finlândia (8%, 1997). As prestações sociais reduzem a proporção de pessoas pobres em todos os Estados-Membros, mas em graus muito diversos: a redução varia entre 5—15% na Grécia e Itália e mais de 70% na Finlândia, com uma média de 31% à escala da UE.

### Indicador chave

	EU-15	B	DK	D	EL	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK
<b>Risco de pobreza antes e depois das prestações sociais</b> (percentagem da população que se encontra abaixo da linha da pobreza antes e após as prestações sociais. Linha de pobreza definida como 60% do rendimento disponível igualizado pela mediana (1)), 1998.																
Antes das prestações sociais	26	28	26	24	23	25	28	33	23	26	21	25	27	27	30	33
Após prestações sociais	18	16	9	16	22	19	18	17	20	12	12	13	20	8	10	21
Simbolo da moeda nacional (mn)		BEF	DKK	DEM	GRD	ESP	FRF	IEP	ITL	LUF	NLG	ATS	PTE	FMK	SEK	GBP
60% da mediana do rend.anual (mn)		336484	79620	16820	1159200	654128	52290	4526	9627 (2)	463848	17064	120150	581876	43250	74220	5883
60% da mediana do rend.anual (PPC)	7 010	8 381	8 443	8 040	4 526	4 838	7 495	6 242	5 591	11 409	8 004	8 224	4 035	6 324	6 834	8 170

Estimativas para UE-15 excluem L e FIN. (1) Pensões incluídas "antes" e "após" (2) I – dados em 1000s.

Fonte: Eurostat, Painel Comunitário dos Agregados Familiares, UDB, versão Dezembro 2001. L 1996 em vez de 1998. FIN 1997 em vez de 1998



## — Agregados familiares sem emprego e baixos salários

Uma importante causa de pobreza e exclusão social reside na falta de emprego ou na baixa remuneração do mesmo. Em 1998, o "risco de pobreza" para as pessoas que vivem em agregados familiares em que nenhum indivíduo em idade activa tem emprego era de 51%, cerca de 2.3 vezes mais elevado do que o registado nos agregados em que pelo menos uma pessoa tem emprego.

### Indicador chave

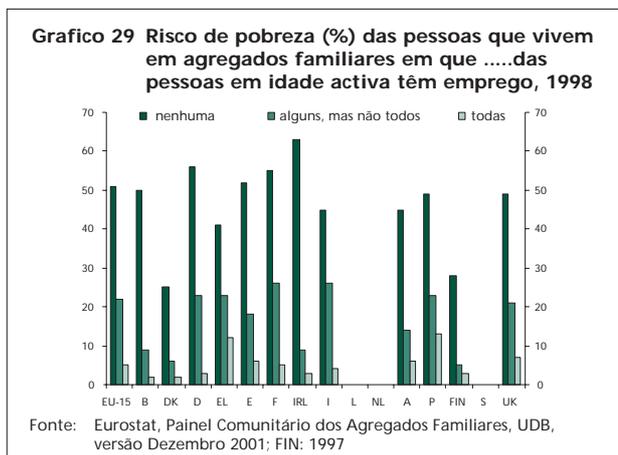
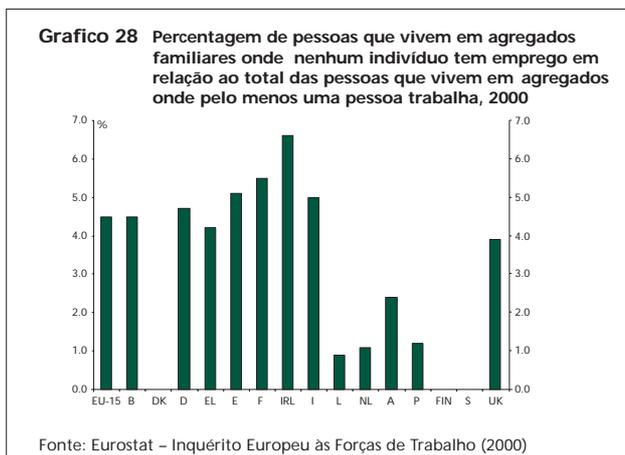
	EU 15	B	DK	D	EL	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK
<b>Agregados familiares sem emprego</b> (percentagem de pessoas que vivem em agregados em que nenhum indivíduo tem emprego em relação ao total das pessoas que vivem em agregados em que pelo menos uma pessoa trabalha). 2000	4,5	4,5	:	4,7	4,2	5,1	5,5	6,6	5,0	0,9	1,1	2,4	1,2	:	:	3,9

Fonte: Eurostat – Inquérito Europeu às Forças de Trabalho (2000) IRL dados 1997

### Risco de pobreza (%) das pessoas que vivem em agregados familiares em que .....das pessoas em idade activa têm emprego, 1998

nenhuma	51	50	25	56	41	52	55	63	45	:	:	45	49	28	:	49
alguns, mas não todos	22	9	6	23	23	18	26	9	26	:	:	14	23	5	:	21
todas	5	2	2	3	12	6	5	3	4	:	:	6	13	3	:	7

Fonte: Eurostat, Painel Comunitário dos Agregados Familiares, UDB, versão Dezembro 2001; FIN: 1997



## As mulheres na tomada de decisão

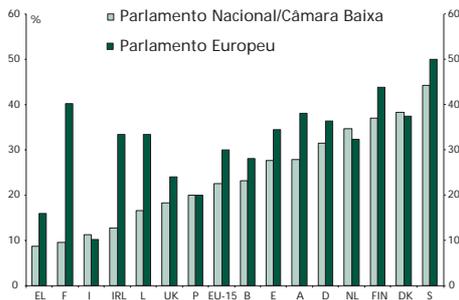
Ao nível da UE, a representação das mulheres no Parlamento Europeu tem vindo a aumentar constantemente com cada eleição desde 1984, atingindo actualmente os 30%. Nos parlamentos nacionais, as mulheres continuam subrepresentadas em todos os Estados-Membros, com proporções que variam entre os 9% na Grécia e os 44% na Suécia.

### Indicador chave

	EU 15	B	DK	D	EL	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK
<b>Quota-parte de mulheres nos parlamentos nacionais</b> (percentagem dos lugares ocupados por mulheres nos parlamentos nacionais ou câmaras baixas), Primavera de 2001.	23	23	38	32	9	28	10	13	11	17	35	28	20	37	44	18
Percentagem de lugares ocupados por mulheres no Parlamento Europeu	30	28	38	36	16	34	40	33	10	33	32	38	20	44	50	24
Percentagem de mulheres nos governos nacionais, Primavera de 2001	25	22	43	39	13	18	29	22	14	29	36	31	10	39	50	33

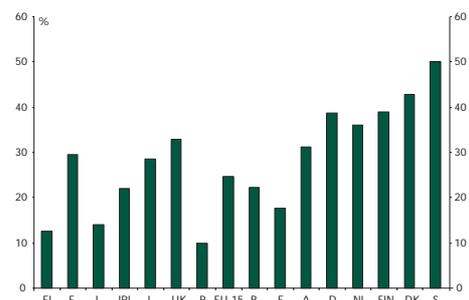
Fonte: Base de dados europeia – As mulheres na tomada de decisão

**Grafico 30** Percentagem de lugares ocupados por mulheres nos Parlamentos, 2001



Fonte: Base de dados europeia – As mulheres na tomada de decisão

**Grafico 31** Percentagem de mulheres nos governos nacionais, Primavera de 2001



Fonte: Base de dados europeia – As mulheres na tomada de decisão

## Emprego das mulheres

Entre 1995 e 2000, a taxa de emprego dos homens na UE subiu mais de 2 pontos percentuais. No mesmo período, a taxa de emprego das mulheres aumentou 4 pontos, o que permitiu estreitar o fosso entre os sexos neste domínio. Não obstante, a taxa de emprego dos homens (72%) permanece consideravelmente mais elevada do que a das mulheres. As taxas de emprego feminino são mais elevadas nos três países nórdicos, no Reino Unido e na Holanda.

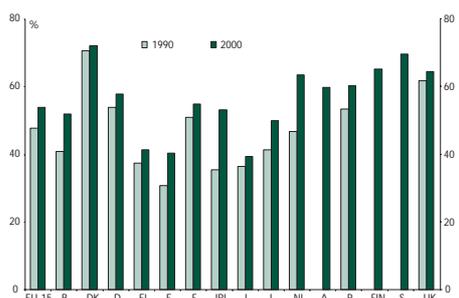
### Indicador chave

	EU 15	B	DK	D	EL	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK
<b>Taxas de emprego (15 - 64 anos), 2000</b>																
Mulheres	54,0	51,5	71,6	57,1*	41,2	40,3	55,1	54,1	39,6	48,6*	63,6	59,5	60,3	64,3	69,3	64,8
Homens	72,5	69,5	80,8	72,4*	71,1	69,7	69,1	76,2	67,9	74,5*	82,1	76,9	76,5	70,2	72,3	78,1

D, L: dados de 1999.

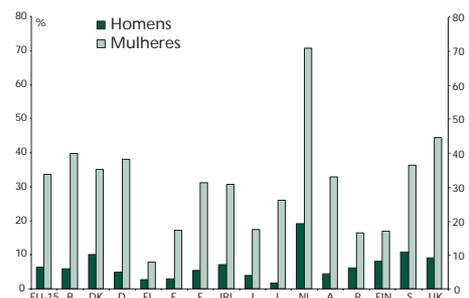
Fonte: Eurostat – estimativas comparáveis com base no Inquérito Europeu às Forças de Trabalho

**Grafico 32** Taxas de emprego das mulheres (15-64 anos), 1990 e 2000



Fonte: Eurostat – estimativas comparáveis com base no Inquérito Europeu às Forças de Trabalho

**Grafico 33** Percentagem de pessoas com emprego a tempo parcial, por sexo, 2000



Fonte: Eurostat – Inquérito Europeu às Forças de Trabalho (2000)

## Remunerações de homens e mulheres

Na UE, as estimativas para 1998 revelavam que o valor médio da remuneração horária bruta das mulheres era 16% inferior à dos homens. As diferenças mais pequenas encontravam-se em Portugal, Bélgica, Itália e Dinamarca. O diferencial neste domínio tende a diminuir, embora lentamente. O fosso pode parcialmente ser explicado pela persistência de discriminação entre os géneros na remuneração.

### Indicador chave

	EU 15	B	DK	D	EL	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK
<b>Diferencial salarial entre homens e mulheres</b> (Valor médio da remuneração horária bruta das mulheres em percentagem do valor médio da remuneração horária bruta dos homens. A população considerada é a de todos os trabalhadores remunerados dos 16 aos 64 anos, com emprego equivalente a mais de 15 horas semanais)																
1998	84	93	90	81	87	86	88	80	91	:	79	79	94	:	82	76
1997	85	89	87	81	89	84	88	82	92	:	83	77	94	82	83	79
1996	84	89	85	79	85	87	87	81	91	83	81	80	94	83	83	75
1995	83	88	85	79	83	86	87	81	92	82	79	78	95	:	85	74
1994	83	87	89	79	87	90	87	81	92	83	77	:	90	:	84	72

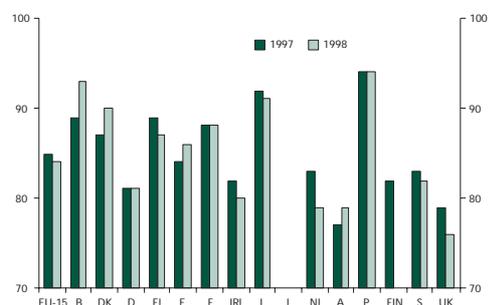
Fonte: Eurostat, Painel Comunitário dos Agregados Familiares, UDB, versão Dezembro 2001 (excepto F: Inquérito nacional às Forças de Trabalho, S: Inquérito à Estrutura das Remunerações)

### Remuneração mensal média das mulheres em percentagem da dos homens em alguns sectores dos serviços na UE

	1995	1996	1997	1998	1999
Serviços Financeiros	68,2	68,4	67,3	66,6	66,5
Hotéis e restaurantes	82,9	82,4	83,4	83,5	83,1
Serviços prestados às empresas	75,4	76,2	75,1	75,6	75,5

Fontes: Eurostat - 1) Estatísticas harmonizadas das remunerações 1999, 2) Estatísticas da Estrutura das Remunerações 1995. O grau de cobertura dos dados no sector dos serviços varia de um país para outro.

**Gráfico 34 Diferencial salarial homens/mulheres 1997 e 1998**



Fonte: Eurostat, Painel Comunitário dos Agregados Familiares, UDB, versão Dezembro 2001 (excepto F: Inquérito nacional às Forças de Trabalho, S: Inquérito à Estrutura das Remunerações)

**Gráfico 35 Remuneração mensal média das mulheres em percentagem da dos homens em alguns sectores dos serviços na UE 1995-1999**



Fonte: Eurostat - Estatísticas harmonizadas das remunerações

## Esperança de vida e estado de saúde

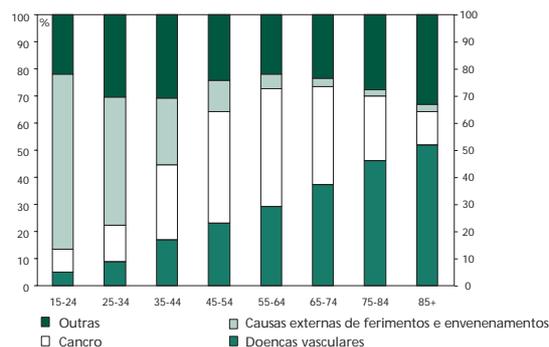
A esperança de vida continua a aumentar, situando-se actualmente nos 81 anos para as mulheres e 75 para os homens. Em todos os Estados-Membros, as mulheres vivem mais do que os homens. A escala da UE, as mulheres têm boas perspectivas de viver até aos 66 anos e os homens até aos 63 sem qualquer deficiência.

### Indicador chave

	EU-15	B	DK	D	EL	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK
<b>Esperança de vida à nascença, 1999</b>																
Homens	74,6	74,3	74,0	74,5	75,5	75,3	74,9	73,5	75,5	73,7	75,2	74,4	71,7	73,7	77,1	74,8
Mulheres	80,9	80,5	78,8	80,6	80,6	82,5	82,3	79,1	81,8	80,5	80,5	80,9	78,9	81,0	81,9	79,7
<b>Esperança de vida à nascença livre de incapacidade, 1996</b>																
Homens	63	65	62	63	67	65	60	64	67	61	63	62	59	56	:	61
Mulheres	66	69	62	69	70	68	63	67	70	64	63	66	61	59	:	62

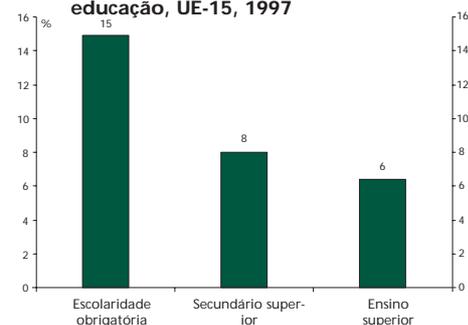
Fonte: Eurostat, Estatísticas de Mortalidade e Painel Comunitário dos Agregados Familiares

**Gráfico 36 Principais causas de óbito por grupo etário, UE 15, 1998**



Fonte: Eurostat - Estatísticas de Mortalidade.

**Gráfico 37 Proporção da população cuja saúde declarada má ou muito má, por nível de educação, UE-15, 1997**



Fonte: Eurostat, Painel Comunitário dos Agregados Familiares, UDB, versão Setembro 2001  
Nota: UK - GCSE 'O' inclui todos os níveis abaixo do ensino secundário superior (ISCED 3)

## Acidentes e problemas de saúde relacionados com o trabalho

Em 1998, cerca de 4,1% dos trabalhadores da UE foram vítimas de acidentes de trabalho que tiveram por consequência mais de 3 dias de falta ao trabalho e 6,4% foram vítimas de acidentes que não motivaram falta superior a 3 dias. Desde 1994, o número de acidentes de trabalho com faltas superiores a 3 dias baixaram de 10% (valor do índice de 1994=100 foi de 90 em 1998). Em 1998-99, anualmente 5,4% dos trabalhadores tiveram problemas de saúde relacionados com o trabalho. Anualmente perdem-se cerca de 500 milhões de dias de trabalho em resultado de acidentes de trabalho (150 milhões de dias perdidos) e problemas de saúde relacionados com o trabalho (350 milhões de dias perdidos). O número de acidentes rodoviários baixou de 44% desde 1970, mas em 2000 houve ainda mais de 40 mil mortos nas estradas da UE.

### Indicador chave

	EU-15	B	DK	D	EL	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK
<b>Qualidade do trabalho (acidentes graves no trabalho)</b> - Taxa de incidência (definida como número de acidentes no trabalho por 100 000 milhares de pessoas empregadas). Com base no índice de acidentes de trabalho que resultaram em faltas superiores a 3 dias, 1998, <b>Índice 1994=100 (1)</b>																
Total	90	116	121	89	79	115	89	96	88	105	91	93	93	88	118	79
Grupo etário 18-24	74	137	111	97	64	118	97	100	94	110	96	115	:	94	111	74
Grupo etário 45-54	97	132	130	98	78	111	88	90	82	107	92	92	:	95	108	73

((1) Excepto IRL e A : 1996 = 100.

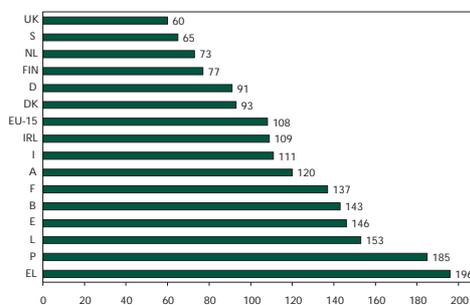
Fonte: Estatísticas Europeias sobre Acidentes no Trabalho (ESAW)

**Grafico 38 Acidentes no trabalho por tipo de actividade, UE 15, 1998**



Fonte: Estatísticas Europeias sobre Acidentes no Trabalho (ESAW).

**Grafico 39 Número de óbitos em acidente de viação por milhão de pessoas, 2000**



Fonte: Eurostat – Estatísticas sobre Transportes. EL, IRL, I e L: estimativas baseadas em fontes nacionais.



## Principais indicadores por Estado-Membro

nº	Principais indicadores	Unidade	Ano	UE-15	B	DK	D	EL	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK
3	Rácio de dependência dos idosos	%	2000	24	26	22	24	26	25	24	17	27	21	20	23	23	22	27	24
4	Taxa de migração líquida por 1000 hab.		2000	2,0	1,6	1,8	2,5	2,1	1,0	0,8	5,3	2,0	10,9	2,8	2,4	1,0	0,7	1,5	2,8
5	Abandono escolar precoce sem continuação de ensino ou de formação	%	2000	20*	12	12	15	17	28	13	19°	29	17	17	11°	43	10	8	:
6	Aprendizagem ao longo da vida (participação dos adultos no ensino e na formação)	%	2000	8	7	21	5	1	5	3°	5°	5	5	16	8°	3°	20	22	21
7	Taxa de emprego	%	2000	63,2	60,5	76,3	64,8°	55,7	54,8	62,0	65,2	53,7	61,7°	72,9	68,2	68,3	67,3	70,8	71,5
8	Taxa de emprego dos trabalhadores mais velhos	%	2000	37,5	25,0	54,6	37,4	39,0	36,6	29,3	45,1	27,3	27,2	37,9	29,2	51,7	41,2	64,3	50,5
9	Taxa de desemprego	%	2000	8,2	7,0	4,7	7,9	11,1	14,1	9,5	4,2	10,5	2,4	3,0	3,7	4,1	9,8	5,9	5,5
10	Rácio de desemprego juvenil/população	%	2000	7,8	6,5	5,3	4,6	11,3	11,4	7,1	3,3	11,8	2,5	4,0	2,9	4,2	11,1	5,5	8,3
11	Taxa de desemprego de longa duração	%	2000	3,6	3,8	1,0	4,4	6,1	5,9	3,7	1,6	6,3	0,7	0,8	1,0	1,6	2,8	1,7	1,5
12	Despesas com a protecção social em percentagem do PIB	%	1999	27,6	28,2	29,4	29,6	25,5	20,0	30,3	14,7	25,3	21,9	28,1	28,6	22,9	26,7	32,9	26,9
13	Prestações de velhice e sobrevivência em percentagem das prestações sociais	%	1999	46,0	43,0	38,0	42,1	50,7	46,2	44,2	25,2	64,0	41,4	41,5	47,4	43,7	35,1	39,5	46,1
14	Distribuição do rendimento (rácio S80/S20)	Rácio	1998	5,4	5,8	2,7	4,8	6,5	6,8	4,7	5,3	5,9	4,6	4,4	3,8	7,2	3,0	3,4	5,7
15a	Risco de pobreza antes das transferências sociais	%	1998	26	28	26	24	23	25	28	33	23	26	21	25	27	37	30	33
15b	Risco de pobreza após transferências sociais	%	1998	18	16	9	16	22	19	18	17	20	12	12	13	20	8	10	21
16	Pessoas que vivem em agregados familiares sem emprego	%	2000	4,5	4,5	:	4,7	4,2	5,1	5,5	6,6	5,0	0,9	1,1	2,4	1,2	:	:	3,9
17	Quota-parte de mulheres nos parlamentos nacionais	%	2001	23	23	38	32	9	28	10	13	11	17	35	28	20	37	44	18
18	Taxa de emprego feminino	%	2000	54,0	51,5	71,6	57,1°	41,2	40,3	55,1	54,1	39,6	48,6°	63,6	59,5	60,3	64,3	69,3	64,8
19	Disparidades salariais homens/mulheres	%	1998	84	93	90	81	87	86	88	80	91	83°	79	79	94	82°	82	76
20a	Esperança de vida à nascença - homens	anos	1999	74,6	74,3	74,0	74,5	75,5	75,3	74,9	73,5	75,5	73,7	75,2	74,4	71,7	73,7	77,1	74,8
20b	Esperança de vida à nascença - mulheres	anos	1999	80,9	80,5	78,8	80,6	80,6	82,5	82,3	79,1	81,8	80,5	80,5	80,9	78,9	81,0	81,9	79,7
20c	Esperança de vida à nascença livre de incapacidade - homens	anos	1996	63	65	62	63	67	65	60	64	67	61	63	62	59	56	:	61
20d	Esperança de vida à nascença livre de incapacidade - mulheres	anos	1996	66	69	62	69	70	68	63	67	70	64	63	66	61	59	:	62
21	Qualidade de trabalho (acidentes graves no trabalho) (1994 = 100)	Índice	1998	90	116	121	89	79	115	89	96°	88	105	91	93°	93	88	118	79

° = Ver comentário na posição correspondente. Os números podem referir-se a outro ano ou estar sujeitos a outros condicionalismos

### Nota relativa a cada indicador

- 3 Ao nível da UE; o número de pessoas com 65 anos e mais corresponde a 24% da população em idade activa (15-64 anos) em 2000.
- 4 Em 2000, a taxa de migração líquida foi de 2,0 por 1000 habitantes.
- 5 Em 2000, 20% dos jovens (18-24 anos) na UE abandonaram o sistema de ensino sem ir além do nível inferior do ensino secundário.
- 6 Em 2000, 8% da população da UE na faixa etária dos 25-64 anos participou em acções de educação/formação (nas quatro semanas precedentes ao inquérito).
- 7 Em termos globais, 63,2% da população no escalão dos 15-64 tinham um emprego em 2000.
- 8 Em termos globais, 37,5% da população no escalão dos 55-64 tinham um emprego em 2000.
- 9 8,2% da força de trabalho da UE (pessoas com emprego e à procura de emprego) estava em situação de desemprego em 2000.
- 10 Em termos globais, 7,8% da população no escalão dos 15-24 não tinha emprego em 2000.
- 11 3,6% da força de trabalho da UE (pessoas com emprego e à procura de emprego) estava em situação de desemprego em 2000.
- 12 Em 1999, as despesas com a protecção social representaram 27,6% do Produto Interno Bruto (PIB).
- 13 À escala da UE, as prestações de velhice e sobrevivência representam a principal fatia das despesas com a protecção social (46,0% do total em 1999).
- 14 Ao nível da UE, os 20% mais pobres da população auferiam 8% do rendimento total em 1998, enquanto que os 20% mais ricos acumulavam 39% do total do rendimento, isto é, 5,4 vezes mais.
- 15a Em 1998, sem as transferências sociais, 26% da população da UE viveria abaixo do limiar de pobreza.
- 15b Em 1998, após as transferências sociais, 18% da população da UE vivia abaixo do limiar de pobreza.
- 16 Em 2000, 4,5% dos agregados familiares activos (i.e. em que há pelo menos uma pessoa em idade activa) eram agregados desempregados, i.e. agregados em que nenhum indivíduo tem emprego.
- 17 Em 2001, 23% dos lugares nos parlamentos nacionais (ou câmaras baixas) estavam ocupados por mulheres.
- 18 Em termos globais, 54,0% da população no escalão dos 15-64 tinha emprego em 2000.
- 19 Na UE, as estimativas para 1998 revelavam que a remuneração horária média das mulheres era 84% inferior à dos homens. A população considerada é a de todos os trabalhadores remunerados dos 16 aos 64 anos, com emprego equivalente a mais de 15 horas semanais
- 20a A esperança de vida média à nascença dos homens na UE era de 74,6 anos em 1999.
- 20b A esperança de vida média à nascença das mulheres na UE era de 80,9 anos em 1999.
- 20c Em média, na UE um cidadão do sexo masculino pode esperar viver até aos 63 anos sem qualquer deficiência (dados de 1996).
- 20d Em média, na UE as mulheres podem esperar viver até aos 66 anos sem qualquer deficiência (dados de 1996).
- 21 Em 1998, houve 10 % (100-10=90) menos acidentes de trabalho (ausências superiores a 3 dias) por 100 000 habitantes com emprego do que em 1994.



## Lista dos postos de Informação do Eurostat

<b>Belgique/ België</b>	<p><b>Eurostat Data Shop Bruxelles/Brussel</b>  <b>Planistat Belgique</b>                      Rue du Commerce 124                      Handelsstraat 124                      B-1000 Bruxelles/Brussel                      Tel. (32-2) 234 67 50                      Fax (32-2) 234 67 51                      E-mail: datashop@planistat.be  <a href="http://www.datashop.org/">http://www.datashop.org/</a></p>	<b>France</b>	<p><b>INSEE Info service</b>  <b>Eurostat Data Shop</b>                      195, rue de Bercy                      Tour Gamma A                      F-75582 Paris Cedex 12                      Tel. (33) 1 53 17 88 44                      Fax (33) 1 53 17 88 22                      E-mail: datashop@insee.fr  <i>Member of the MIDAS Net</i></p>
	<p>Línguas faladas:                      ES, DE, EN, FR</p>		<p>Línguas faladas:                      FR</p>
<b>Danmark</b>	<p><b>DANMARKS STATISTIK</b>  <b>Bibliotek og Information</b>  <b>Eurostat Data Shop</b>                      Sejrøgade 11                      DK-2100 København Ø                      Tlf. (45) 39 17 30 30                      Fax (45) 39 17 30 03                      E-mail: bib@dst.dk  <a href="http://www.dst.dk/bibliotek">http://www.dst.dk/bibliotek</a></p>	<b>Italia - Roma</b>	<p><b>ISTAT</b>  <b>Centro di informazione statistica</b>  <b>— Sede di Roma</b>  <b>Eurostat Data Shop</b>                      Via Cesare Balbo, 11a                      I-00184 Roma                      Tel. (39) 06 46 73 31 02/06                      Fax (39) 06 46 73 31 01/07                      E-mail: dipdiff@istat.it  <i>Member of the MIDAS Net</i></p>
	<p>Línguas faladas:                      DA, EN</p>		<p>Línguas faladas:                      IT</p>
<b>Deutschland</b>	<p><b>Statistisches Bundesamt</b>  <b>Eurostat Data Shop Berlin</b>                      Otto-Braun-Straße 70-72                      (Eingang: Karl-Marx-Allee)                      D-10178 Berlin                      Tel. (49) 1888-644 94 27/28                      Fax (49) 1888-644 94 30                      E-Mail: datashop@destatis.de  <a href="http://www.eu-datashop.de/">http://www.eu-datashop.de/</a></p>	<b>Italia - Milano</b>	<p><b>ISTAT</b>  <b>Ufficio regionale per la Lombardia</b>  <b>Eurostat Data Shop</b>                      Via Fieno, 3                      I-20123 Milano                      Tel. (39) 02 80 61 32 460                      Fax (39) 02 80 61 32 304                      E-mail: mileuro@tin.it  <i>Member of the MIDAS Net</i></p>
	<p>Línguas faladas:                      DE, EN</p>		<p>Línguas faladas:                      IT</p>
<b>España</b>	<p><b>INE</b>  <b>Eurostat Data Shop</b>                      Paseo de la Castellana, 183                      Oficina 011                      Entrada por Estébanez Calderón                      E-28046 Madrid                      Tel. (34) 91 583 91 67                      Fax (34) 91 579 71 20                      E-mail: datashop.eurostat@ine.es  <a href="http://www.datashop.org/">http://www.datashop.org/</a>  <i>Member of the MIDAS Net</i></p>	<b>Luxembourg</b>	<p><b>Eurostat Data Shop Luxembourg</b>                      BP 453                      L-2014 Luxembourg                      4, rue Alphonse Weicker                      L-2721 Luxembourg                      Tél. (352) 43 35-2251                      Fax (352) 43 35-22221                      E-mail: dslux@eurostat.datashop.lu  <a href="http://www.datashop.org/">http://www.datashop.org/</a>  <i>Member of the MIDAS Net</i></p>
	<p>Línguas faladas:                      ES, EN, FR</p>		<p>Línguas faladas:                      ES, DE, EN, FR, IT</p>

<b>Nederland</b>	<p><b>STATISTICS NETHERLANDS</b>  <b>Eurostat Data Shop — Voorburg</b>                      Postbus 4000                      2270 JM Voorburg                      Nederland                      Tel. (31-70) 337 49 00                      Fax (31-70) 337 59 84                      E-mail: datashop@cbs.nl</p> <p>Línguas faladas:                      EN, NL</p>	<b>United Kingdom</b>	<p><b>Eurostat Data Shop</b>  <b>Office for National Statistics</b>                      Room 1.015                      Cardiff Road                      Newport                      South Wales                      NP10 8XG                      UK                      Tel: (44) 1633 813369                      Fax: (44) 1633 813333                      E-mail: eurostat.datashop@ons.gov.uk</p> <p>Línguas faladas:                      EN</p>
<b>Portugal</b>	<p><b>Eurostat Data Shop Lisboa</b>  <b>INE/Serviço de Difusão</b>                      Av. António José de Almeida, 2                      P-1000-043 Lisboa                      Tel. (351) 21 842 61 00                      Fax (351) 21 842 63 64                      E-mail: data.shop@ine.pt</p> <p>Línguas faladas:                      EN, FR, PT</p>	<b>Norge</b>	<p><b>Statistics Norway</b>  <b>Library and Information Centre</b>  <b>Eurostat Data Shop</b>                      Kongens gate 6                      Boks 8131 Dep.                      N-0033 Oslo                      Tel. (47) 21 09 46 42/43                      Fax (47) 21 09 45 04                      E-mail: Datashop@ssb.no</p> <p>Línguas faladas:                      EN, NO</p>
<b>Suomi/Finland</b>	<p><b>STATISTICS FINLAND</b>  <b>Eurostat DataShop Helsinki</b>                      Tilastokirjasto                      PL 2B                      FIN-00022 Tilastokeskus                      Työpajakatu 13 B, 2. kerros, Helsinki                      P. (358-9) 17 34 22 21                      F. (358-9) 17 34 22 79                      Sähköposti: datashop@stat.fi  <a href="http://tilastokeskus.fi/tk/kk/datashop/">http://tilastokeskus.fi/tk/kk/datashop/</a></p> <p>Línguas faladas:                      EN, FI, SV</p>	<b>Schweiz/ Suisse/ Svizzera</b>	<p><b>Statistisches Amt des Kantons Zürich</b>  <b>Eurostat Data Shop</b>                      Bleicherweg 5                      CH-8090 Zürich                      Tel. (41-1) 225 12 12                      Fax (41-1) 225 12 99                      E-mail: datashop@statistik.zh.ch  <a href="http://www.statistik.zh.ch">http://www.statistik.zh.ch</a></p> <p>Línguas faladas:                      DE, EN</p>
<b>Sverige</b>	<p><b>STATISTICS SWEDEN</b>  <b>Information service</b>  <b>Eurostat Data Shop</b>                      Karlavägen 100                      Box 24 300                      S-104 51 Stockholm                      Tfn (46-8) 50 69 48 01                      Fax (46-8) 50 69 48 99                      E-post: infoservice@scb.se  <a href="http://www.scb.se/info/datashop/eudatashop.asp">http://www.scb.se/info/datashop/eudatashop.asp</a></p> <p>Línguas faladas:                      EN, SV</p>	<b>USA</b>	<p><b>HAVER ANALYTICS</b>  <b>Eurostat Data Shop</b>                      60 East 42nd Street                      Suite 3310                      New York, NY 10165                      Tel. (1-212) 986 93 00                      Fax (1-212) 986 69 81                      E-mail: eurodata@haver.com</p> <p>Línguas faladas:                      EN</p>

**Page d'accueil Eurostat**  
[www.europa.eu.int/comm/eurostat/](http://www.europa.eu.int/comm/eurostat/)  
**la liste actualisée des Datashops d'Eurostat y figure**